

**Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**“Novas Elites de cor”: estudo sobre os
profissionais liberais negros de Salvador**

Angela Figueiredo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
BIBLIOTECA

Salvador, Janeiro de 1998

T
302

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**“Novas Elites de cor”: estudo sobre os
profissionais liberais negros de Salvador**

Angela Figueiredo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal da Bahia, como um dos requisitos para
obtenção do título de mestre em Sociologia.

Salvador, 1998

Sumário

Introdução.....

Capítulo I- O tema.....

1.1- A complexidade do tema.....8

1.2- Um objeto pouco simpático.....13

1.3- Alguns estudos clássicos sobre a ascensão social dos negros16

1.4- Uma perspectiva teórica sobre a mobilidade social.....23

Capítulo II - O contexto social da pesquisa

2.1- Quadro geral sócio-econômico e ascensão social dos negros.27

2.2- Notas sobre a classe média.....33

2.3- Minorias étnicas e mobilidade social.....35

2.4- Classe média negra: uma perspectiva comparativa46

Capítulo III - O campo.....

3.1- Representação de classe.....54

3.2- Família e sociabilidade.....60

3.2.1- Casamento.....66

3.2.2- Sobre a cor dos entrevistados.....69

3.2.3- Consumo e lazer.....72

3.3- Educação e projeto de vida.....74

3.4- Diferentes formas de ser negro e tipos ideais.....81

Capítulo IV - Negritude e Embranquecimento.....

4.1- Perspectiva teórica sobre o embranquecimento.....88

4.2- Negritude: um breve histórico.....98

4.3- Identidade étnica.100

V- Considerações finais106

Referências Bibliográficas.....111

Resumo:

“Novas Elites de Cor...” é um estudo com profissionais liberais negros de Salvador, em que aborda-se, principalmente, a relação entre ascensão social e a identidade negra. Enfatizamos alguns aspectos centrais, além da escolaridade, a sociabilidade, o lazer, a percepção sobre a discriminação racial, o envolvimento com aspectos da “cultura negra” e a compreensão sobre o “embranquecimento”.

Argumentamos que a maior utilização e comercialização de símbolos da cultura afro-brasileira, assim como o surgimento de uma nova identidade negra, nas últimas duas décadas, têm atingido os negros de classe média, criando, provavelmente, as condições para se pensar na diminuição da distância entre *ser negro* e ocupar posições mais valorizadas na hierarquia social.

No primeiro capítulo enfocamos a complexidade do tema por abarcar as categorias cor e classe, introduzimos alguns conceitos básicos utilizados e fizemos uma rápida incursão na teoria sobre mobilidade social. Na segunda parte, o tema da “classe média negra” é abordado numa perspectiva comparativa com algumas minorias étnicas e com os negros norte-americanos. No terceiro capítulo, apresentamos os dados da pesquisa, enfatizando a sociabilidade, as relações familiares, o trabalho e o lazer para o grupo. Finalmente, no quarto capítulo, enfocamos o conceito de embranquecimento, dado sua importância nas pesquisas sobre ascensão social dos negros. Observamos a necessidade de contextualizar historicamente este conceito e propomos o uso do conceito de negritude para interpretar as formas de identidade étnica associadas às novas experiências de mobilidade.

Abstract

"The New Coloured Elites" is a study of black professionals in Salvador-Bahia. It deals in particular with the relationship between ascending social mobility and black identity. It also emphasizes a number of key themes, such as education, social life, leisure time, the perception of racial discrimination, the involvement with some aspects of "black culture" and the understanding of the phenomenon named "whitening".

We maintain that the more frequent use of symbols associated with Afro-Brazilian culture and the commercialization of these symbols, as well as the emergence of a new black identity over the last two decades, have affected black middle class individuals, by creating perhaps the conditions that make it possible to think of a shortening of the gap between *being black* and a good position in the social hierarchy.

In the first chapter we focus on the complexity of our topic. We review the relationship between colour and class, introduce a number of basic concepts and provide a bird-eye overview of the theory of social mobility. In the second chapter the issue of the "black middle class" is dealt with through a comparison with a number of ethnic minority groups in Brazil and with US blacks. The third chapter presents the data from our own research, eliciting the aspects of social life, family relations, the labour market and leisure time. Finally, in the fourth chapter we analyze the concept of "whitening" because of its importance for the research tradition on the social mobility of black people. We stress that the use of this concept needs to be placed in its historical context and suggest that the concept of *negritude* (blackness) be used to interpret the forms of ethnic identity that are associated with the new experience of mobility.

Apresentação

Quando comecei a me interessar pela ascensão social dos negros, em 1994, era movida por duas indagações fundamentais: uma, de cunho mais teórico, tentava problematizar e entender o conceito de embranquecimento no contexto contemporâneo; a outra, de cunho pessoal, dizia respeito à minha inquietação sobre a maneira desigual e hierarquizada com que se comparava a assunção da negritude entre os negros brasileiros e norte-americanos, ocorrendo constantemente uma predileção pelo modo com que a negritude se manifesta nos EEUU. Dito de outro modo, é como se houvesse uma maneira correta de ser negro, ou apenas um modo de ser negro.

No âmbito das pesquisas sócio-antropológicas, há poucos trabalhos que tratam dos negros em ascensão social, e, quando isso ocorre, constatamos por parte dos pesquisadores uma falta de simpatia para com os negros que ascendem, se comparado com os estudos sobre os negros que ocupam a base da hierarquia social. Falta interesse e curiosidade em conhecer o modo como estes indivíduos interpretam sua própria experiência de mobilidade, quais são as crenças e os valores que norteiam as suas vidas. Estes indivíduos são, geralmente, descritos como “negros embranquecidos”, que pouco contribuíram para o processo histórico de resistência, e de não submissão às regras de dominação, e são designados como negros de “alma branca”, na linguagem do senso comum.

Essa interpretação pode ser observada mesmo entre aqueles intelectuais que, além de serem negros, são ligados à militância. Podemos constatar isso, por exemplo, nas falas de Milton Santos: “No Brasil, desgraçadamente, a ascensão social do negro o condena a dar as costas ao passado”¹

No decorrer da pesquisa, principalmente no ano de 1997, houve uma mudança significativa de interesse - pelo menos na abordagem oferecida pela mídia - em relação aos negros de classe média, provocando um importante deslocamento: da invisibilidade absoluta à presença constante. Recentemente, alguns artigos de jornais, que refletem este novo interesse midiático, referem-se a uma pesquisa de mercado na qual estima-se que sete milhões de negros brasileiros pertencem à classe média, o que se traduz num potencial de sete milhões de consumidores.

O trabalho de campo foi marcado por dois importantes fatos: as discussões em torno da candidatura de Celso Pitta à prefeitura de São Paulo e o lançamento da revista **Raça Brasil**. Em ambos os casos, discutia-se ou se colocava em xeque o comportamento e a solidariedade racial dos negros brasileiros. O primeiro referia-se ao comportamento político dos negros, bem exemplificado na crença popular de que “preto não vota em preto”; já o segundo, relaciona-se a uma incompatibilidade simbólica na associação da imagem do negro a bens de consumo e status de classe média.

São elementos que dão o tom das discussões a respeito da “classe média negra” brasileira. Muito se tem procurado de específico desta população; mas será que os negros de classe média têm um comportamento diferente dos brancos situados na mesma posição social? Será que o consumo do negro se manifesta de um modo particular? O que caracteriza esta classe média? Será que podemos nos referir a uma classe média negra brasileira tal como a existente nos EEUU? Estas são algumas questões levantadas ao longo do texto.

Introdução

As pesquisas sobre relações raciais, cultura e identidade negra no Brasil têm contribuído para uma melhor compreensão dos jogos sociais e culturais que formam o tecido desigual de nossa sociedade. Entretanto, alguns aspectos têm recebido maior atenção. Em primeiro lugar, nos referimos aos modos de manifestação da cultura negra, principalmente ao sistema religioso afro-brasileiro e os estudos sobre classificação e desigualdade racial desenvolvidos até os anos 60.

A partir da década de 70, inicia-se uma nova fase de pesquisa, sobretudo no âmbito da sociologia quantitativa, acerca da posição dos negros no mercado de trabalho². Essas pesquisas revelam a desigualdade racial no mercado de trabalho e demonstram que a maioria dos negros ocupa as posições inferiores desta hierarquia, embora um número reduzido de negros alcance posições melhores.

A produção antropológica sobre relações raciais, no entanto, tem sido realizada em menor número e, de certo modo, tem enfatizado os aspectos mais relacionados à construção da identidade negra a partir do processo de modernização³ ou da interpretação criativa da África e das tradições no sistema religioso afro-brasileiro⁴.

Não obstante o número significativo de pesquisas realizadas, alguns aspectos têm sido pouco investigados, como por exemplo o estudo sobre a ascensão social dos negros no contexto contemporâneo. Com o intuito de contribuirmos com esse campo ainda pouco explorado é que nos propomos a analisar a forma como a experiência de mobilidade se relaciona ou não com a assunção de uma identidade negra.

O interesse pela temática surgiu quando realizei a pesquisa de graduação, “Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro”, para obtenção do grau de

bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, em 1994. Durante o período da pesquisa bibliográfica, percebi que algumas das referências e interpretações realizadas sobre os negros que ascendiam socialmente se limitavam a anunciarem o processo de embranquecimento que teria sido vivenciado pelos negros em ascensão⁵. Dessa constatação derivavam duas assertivas: na primeira, o embranquecimento era visto como uma estratégia consciente utilizada pelos negros; na segunda, o embranquecimento era uma condição imposta pela sociedade branca⁶.

Prosseguindo com a pesquisa bibliográfica, constatei que, embora houvesse mudanças na estrutura social, ocupacional e no nível de escolarização da população, os conceitos utilizados para analisar as experiências contemporâneas de mobilidade dos negros ainda eram os mesmos utilizados nas décadas de 30 e 50, mostrando-se, portanto, um tanto ou quanto anacrônicos para interpretar a realidade do final de século.

Nesse sentido, a ascensão social dos negros acaba por se configurar em um paradoxo, pois, se por um lado, a sociedade capitalista incentiva o projeto de ascensão e, conseqüentemente, do consumo - ou seja, trata-se de “ganhar dinheiro” e “vencer na vida”; por outro, a mudança de posição dos negros na estrutura sócio-econômica tende a ser vista como uma “traição”, um modo de dar as costas à cultura negra e ao passado de pobreza, à situação em que se encontra a maioria dos negros brasileiros.

Isso nos conduziu a uma reflexão comparativa sobre o comportamento de grupos economicamente emergentes, enfatizando uma perspectiva que ressalta mais o comportamento e a solidariedade entre os indivíduos pertencentes a uma mesma classe. Contudo, este não foi o nosso único interesse; atentamos para os grupos que ascendem, principalmente, pela solidariedade e força da identidade étnica, a exemplo dos imigrantes.

Objetivávamos, assim, trazer à tona duas categorias distintas que se entrecruzam no estudo sobre os negros de classe média, a classe e a identidade étnica.

Procuramos na análise contemplar não apenas as transformações sócio-econômicas, mas, sobretudo, atentar para os valores sociais emergentes que contribuem para configurar a visão de mundo e a perspectiva de vida do grupo pesquisado. Destacamos, por exemplo, a tematização sobre ascensão social e identidade, ou seja, o modo como a experiência de mobilidade se relaciona com a assunção de uma identidade negra.

A maioria dos estudos clássicos sobre a ascensão social dos negros incidiu sobre os “indivíduos de cor” escolarizados que passaram a ocupar melhores posições na estratificação social, em detrimento de análises sobre a ascensão através de outras trajetórias profissionais. Por isso, optamos por trilhar o mesmo caminho dos clássicos e privilegiar a trajetória de profissionais que ascenderam socialmente através do mecanismo tradicional de escolaridade em detrimento do estudo da ascensão através de outros percursos profissionais. Foram realizadas 25 entrevistas com indivíduos que preenchem os critérios de renda acima de 12 s.m⁷, cor e escolaridade.

Centralizamos nossa análise nas narrativas biográficas dos entrevistados, focalizando alguns aspectos centrais, além da escolaridade, quais sejam a sociabilidade, o lazer, a percepção sobre a discriminação racial, o envolvimento com aspectos da “cultura negra” e a compreensão sobre a identidade e o “embranquecimento”.

A nossa hipótese é de que a maior utilização e comercialização de símbolos e produtos da denominada cultura afro-brasileira, assim como o surgimento de uma nova identidade negra, nas últimas duas décadas, têm atingido os negros de classe média, e

criam, provavelmente, as condições para se pensar na diminuição da distância entre ser negro e ocupar posições mais valorizadas na hierarquia social⁸.

A partir dessa observação, colocaríamos a seguinte questão: é possível argumentar que, ao contrário da contradição pretensamente inerente entre a ascensão social a partir da escolarização e a assunção da identidade negra, estaria ocorrendo um processo inverso, em que a escolarização e o conhecimento sobre a história da escravidão no Brasil, bem como a situação sócio-econômica atual, possibilitam uma maior reflexão e, conseqüentemente, uma valorização étnico-racial.

É possível falar de negritude e de orgulho negro sem necessariamente haver uma identidade negra no sentido mais político, ou até mesmo no sentido de formação de uma comunidade negra, como preferem alguns autores? Ou continuaremos falando de identidade negra num sentido restrito, pouco operacional para esse objeto de estudo?

Visando sistematizar melhor o nosso argumento, optamos por dividir a dissertação em quatro partes. No primeiro capítulo, enfocamos a complexidade do tema por abarcar as categorias cor e classe, introduzimos alguns conceitos básicos utilizados e fizemos uma rápida incursão na teoria sobre mobilidade social.

Na segunda parte, como dissemos, trabalhamos o tema da “classe média negra” numa perspectiva comparativa com outros grupos em ascensão, a exemplo dos armênios, dos sírios-libaneses, dos galegos e dos negros norte-americanos. Enfatizamos os recursos e as estratégias utilizadas por estes grupos e atentamos para a importância da solidariedade étnico-racial no processo de ascensão.

No terceiro capítulo, apresentaremos os dados da pesquisa, enfatizando a sociabilidade, as relações familiares, o trabalho e o lazer para o grupo. Finalmente, no

quarto capítulo, dedicaremos especial atenção à questão do embranquecimento, dado sua importância nas pesquisas sobre ascensão social dos negros. Enfatizamos a necessidade de contextualizar historicamente o conceito e propomos rever a operacionalidade dos conceitos de identidade negra e negritude para interpretar as novas experiências de mobilidade.

CAPÍTULO UM - O TEMA

1.1- A complexidade do tema

Empreender um estudo sobre a classe média negra baiana dos anos 90 não é uma tarefa fácil, visto que sob a égide do tema encontram-se dois termos extremamente complexos, cuja precisão conceitual tem sido trabalho da própria Ciência Social. O conceito de classe vem, ao longo dos anos, sofrendo alterações com o objetivo de adequar-se às mudanças ocorridas nas sociedades modernas. Atualmente, por exemplo, não é mais possível definir as classes sociais à maneira de Marx, em dois grandes blocos: os que detêm os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, pois, com as diversificações ocorridas no mercado de trabalho, abrem-se grandes espaços intermediários que já não se enquadram dentro dessas classificações. Contudo, é possível estabelecer alguns critérios objetivos indicadores da posição de classe, como por exemplo a renda, somado a outros determinantes sociais.

Não pretendemos fazer uma exegese do conceito de classe, nem retomar a problemática oriunda de conceitos distintos, tais como foram propostos por Marx e Weber (ver Giddens, 1975). Apesar disso, o conceito de classe proposto por Weber parece ser útil para este trabalho, uma vez que nele os critérios de identificação não se referem apenas à posição econômica, mas, também, à noção de status do grupo.

É isso que tentamos fazer ao utilizarmos a noção de classe de Pierre Bourdieu (1989), a qual inclui os gostos, os valores e os incentivos comuns. Tudo isto leva à conformação de um estilo de vida indicador de uma determinada classe social. Assim, as classes são construídas relacionalmente, a partir de elementos diferenciadores (a renda,

por exemplo). Entretanto, esse fator em si - a renda - não explica a existência de um grupo homogêneo

"(...) no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto grupo de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro grupo de agentes" (Bourdieu, 1989: 136).

A classe social é, portanto, formada por um conjunto de agentes

"que ocupam posições semelhantes e que, colocadas em condições semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes." (Bourdieu, 1989: 136)

Uma vez resolvido o problema da conceituação da classe social, surge uma outra dificuldade, a necessidade de especificar o que entendemos como classe média. Nesse sentido, tornou-se necessário lançar mão de um outro conceito, o de status social.

Embora atualmente seja pouco utilizado no âmbito das Ciências Sociais, este conceito mostrou-se útil para entender a própria sociedade brasileira no período de transição para o sistema capitalista (Azevedo, 1955). Aqui, o conceito de status é utilizado para referir-se a sociedades em que a concorrência extrapola o campo econômico para o campo simbólico (v. Bourdieu, 1989). Dito de outro modo, não é que estejamos nos referindo a uma divisão social baseada exclusivamente em grupos de status em oposição às classes sociais (cujo referencial são os aspectos econômicos), mas evidenciando as gratificações simbólicas e emocionais advindas de uma posição econômica - portanto, de uma determinada classe social.

Assim é que o trabalho, a escolaridade e os objetos ganham importância e servem como indicador de um poder aquisitivo e de um status social elevados ⁹. Como veremos mais adiante, o status atribuído à cor, em oposição ao status adquirido a partir da posição de classe, é extremamente importante quando se trata de analisar a trajetória de ascensão da população negra baiana.

Dois recentes trabalhos abordam a perspectiva da ascensão social relacionada ao status social, ambos discutindo a ascensão econômica dos negros-mestiços baianos através do trabalho nas indústrias petroquímicas. O trabalho de Agier (1992) sobre os novos status demonstra que o trabalho dos operários negros-mestiços baianos inverte em termos de status a posição por eles ocupada na hierarquia ocupacional, uma vez que desloca a crença da indolência e preguiça atribuída aos negros. Já o trabalho de Guimarães (1993) mostra que a trajetória profissional destes trabalhadores era marcada por um projeto de ascensão que não estava vinculado a um grande investimento educacional. Assim, apesar de haverem ascendido economicamente, não ocorreu a aquisição de status, gratificações emocionais e simbólicas de que desfrutavam os indivíduos inseridos na mesma classe social.

Agier (ib) aborda o status relacionado à cor, e percebe que houve uma inversão do status:

"(...) O emprego contratado no Pólo se configura como uma saída altamente procurada pela população negra de Salvador. Ele permite alcançar, nas classificações sociais dos meios populares, um status onde se desenham as imagens de esforço, seriedade no trabalho, competência, bom salário e "família equilibrada": tantos "créditos" de confiança e honrabilidade da pessoa que se

opõem às velhas imagens dominantes que estigmatizaram a negritude com os qualificativos de preguiça ou irresponsabilidade” (Agier, 1992: 8).

Guimarães (ib) relaciona o status à classe, concluindo que o mesmo não é compatível com o salário, pois, se o atalho construído por esses segmentos de classe média parece ter dado certo em termos financeiros, o mesmo não pode ser dito sobre as gratificações emocionais e simbólicas que propiciou. Assim, embora os salários dos técnicos petroquímicos sejam

“equivalentes aos salários de muitos profissionais de nível superior, a experiência de subordinação e disciplina fabris, tanto quanto o regime de trabalhos em turnos e a falta de reconhecimento social, foram freqüentemente apontados como causas de insatisfação e tensões entre esses trabalhadores..”.
(Guimarães, 1993: 82)

1.1.2- Quem são os entrevistados

Assim como o conceito de classe social, a categoria negro tem merecido a atenção de muitos pesquisadores interessados na temática das relações raciais e no sistema de classificação de cor brasileiro. A categoria negro, fruto da reivindicação dos militantes negros de São Paulo, passou a ser utilizada nas Ciências Sociais a partir dos trabalhos de Fernandes em detrimento do uso do termo preto. Contemporaneamente, tem sido utilizado por alguns pesquisadores para designar a soma das categorias pretos e pardos¹⁰. Sabemos, porém, que esta é uma saída para resolver um problema muito mais complexo, cuja solução ainda está longe de ser encontrada. Na vida cotidiana, no dia-a-dia das

pessoas, ainda é comum a utilização de inúmeros termos para a auto-definição da cor e para a definição de terceiros, como mulato, mulatinho, moreninho, moreno escuro, café com leite, etc.

A pergunta seria, então, quem é negro? Ou: quais os critérios utilizados por esta pesquisa para a definição da cor de seus entrevistados?

Em termos de cor, selecionamos informantes cujos componentes fenotípicos são evidentes, mais especificamente a cor e o tipo de cabelo. Estes informantes são denominados na linguagem do senso comum como “preto, mulato, ... moreno escuro”. Tal procedimento se faz necessário devido à inexistência de uma definição objetiva das denominações que compõem a escala classificatória brasileira (v. Harris, 1967; Degler, 1972) ¹¹. Como afirma Nogueira (1985), no Brasil os preconceitos são de marca e não de origem e, sendo assim, esses indivíduos possuem o maior número de marcas que identificam a sua condição étnico-racial e, provavelmente, estariam sujeitos a serem vítimas do preconceito e da discriminação racial.

Definidos os termos, resta-nos esclarecer o problema da pesquisa, cujo objetivo é dar conta do comportamento e dos valores de um grupo, uma pequena parcela de “classe média negra” baiana, que só é constituído enquanto tal através do olhar de quem os observa e não a partir de uma identidade, no sentido de auto-reconhecimento atribuído pelos membros do próprio grupo. Estamos conscientes de que esta atitude contradiz a noção de identidade étnica, bem como a de afiliação grupal proposta por Merton ¹². Por outro lado, aglutinar pessoas com base nos critérios de cor e classe tem sido a prática de nossa sócio-antropologia.

1.2- Um objeto pouco simpático

O reduzido número de trabalhos sobre os negros de classe média ou sobre os negros que ascendem socialmente já se constitui num importante dado para a observação. Paralelo a isso, nos defrontamos com o uso de termos e referências a estes indivíduos quase sempre marcados por um tom acusatório.

Os negros que conseguiram transpor as barreiras da cor e ascender socialmente, na maioria das vezes, são vistos como “exceções”. Mas exceções que confirmam a regra da não existência de preconceito e de discriminação racial; como tal, estes indivíduos não despertavam interesse. Dzidzienyo (1995) argumenta que os negros que ascendem não desafiam o modelo hierárquico estabelecido; ao contrário, eles dão provas da não existência do preconceito, sendo freqüentemente chamados para atestar a eficácia da democracia racial que deu condições para que eles alcançassem uma elevada posição social. Eles não ameaçam o grupo ao qual foram admitidos porque seu sucesso e sua inclusão na sociedade branca são as provas de suas habilidades pessoais, o que os faz constantemente orgulhosos de si mesmos.

Sem dúvida é conhecido o fascínio que tem exercido sobre a antropologia o estudo do exótico, do “Outro” distante sócio-culturalmente. E no estudo sobre o negro de classe média haveria muita proximidade entre o universo do pesquisador e do pesquisado. Conforme Zoluar (1986), existe uma diferença de estatuto que separa as categorias observador/observado nos estudos sócio-antropológicos. Em pesquisas realizadas com negros de classe média, esta diferença é bastante diluída, a relação entre pares se estabelece, tanto em termos de escolaridade como de renda. Em se tratando de pesquisar

os indivíduos negros de classe média, a grande diferença é o status atribuído à cor dos entrevistados em oposição ao do pesquisador ¹³.

Dentro do trabalho de C. Pinto (1952), realizado no final da década de 40 sobre o negro no Rio de Janeiro, percebemos que esta inquietação já havia sido alvo do interesse de outro pesquisador. O autor propõe uma abordagem que atribua ao “traço étnico o valor que realmente tem, sem hipertrofiá-lo, nem diminuí-lo”. Propõe portanto uma nova interpretação acerca da realidade dos negros, que não seja marcada pelo que lhes separa do branco, ao contrário, o autor demonstra a importância de estudar os negros que estão inseridos na sociedade de classe, ressaltando as barreiras encontradas no processo de ascensão.

A falta de interesse a qual me refiro é abordada por Costa Pinto da seguinte maneira:

“Partimos da verificação de que os estudos sobre o negro no Brasil quase que se limitaram, até hoje, a encarar o negro como um espetáculo... no qual o centro de interesse estava localizado na assimilação do africano ao Novo Mundo, ou, mais particularmente, nos produtos desses processos sobre diversos setores da vida brasileira; religião, língua, culinária, vestuário...O negro brasileiro, ou melhor, o brasileiro negro e o processo de sua integração nos quadros da sociedade brasileira- da condição de escravo a de proletário e da de proletário a de negro de classe média, jamais despertou o interesse sério dos estudiosos do negro no Brasil, porque um arraigado estereótipo os convencera de que nada havia a estudar em relação ao negro igual a nós, ao negro não-africano, não-analfabeto, não-escravo, não-trabalhador rural, não separado do branco pela

distância imensa que separa o vértice da base, de uma pirâmide social rigidamente estratificada. O que o negro tinha de diferente de nós era o que se oferecia ao estudo: suas matizes africanas, o drama de sua vinda para o Novo Mundo, sua condição de escravo, o estoque de influência que ele trouxe para cá e despejou fartamente na argamassa com que a história cimentou o chão e as vigas mestras da civilização brasileira. (Pinto, 1952; 26).

Pinto conclui que esse modo de pensamento refletia a marca etnocêntrica dos pesquisadores, resultado de um contexto em que os negros começaram a existir historicamente como propriedade privada dos brancos.

"(...) Noutros termos, isto significa, em última análise, que a maior parte dos estudos sobre o negro no Brasil reflete o modo como o branco,... de posição social dirigente que sempre ocupou, encara um grupo estranho". (ib.207)

Para ele, tais disciplinas integram em seus conceitos e técnicas de trabalho as premissas intelectuais que resultam desse quadro e refletem

"(...) a atitude mental do branco socialmente superior ao encarar o não-branco socialmente colocado em posição inferior" (ib. 28).

Já Bastide vê na ascensão social uma contradição:

"(...) um paradoxo aparente, mas que esconde uma lógica certa, é no regime concorrencial que o negro, para adquirir os mesmos direitos que do branco, econômicos, políticos ou sociais, abandona sua herança africana para ocidentalizar-se" (Bastide, 1974: 201).

Isso faz com que o autor mantenha pouca simpatia pelos negros-mestiços que ascendem, principalmente, pelos mulatos:

"(...) O mulato no Brasil põe na cozinha o retrato de sua mãe negra e no lugar de honra, na sala de visitas, o retrato de seu pai branco" (ib. 201).

Hasenbalg (1979) reconhece que as raras manifestações contestatórias, de não conformismo racial, foram provenientes de indivíduos negros membros das camadas médias, embora ressalte a sua distância em relação às massas negras e sua proximidade com os brancos em posição semelhantes. Além disso, Hasenbalg observa que os negros que ascendem aderem a uma ética individualista, a um moralismo rigoroso, à preocupação com marcas exteriores e a uma obsessão pela competição de status.

Por tudo que vimos, os indivíduos negros de classe média não despertaram nenhum interesse ou curiosidade nos pesquisadores, mas apenas indiferença e desinteresse

1.3- Alguns estudos sobre a ascensão social dos negros

A diade raça e classe tem se configurado uma tradição nas pesquisas sobre as relações raciais brasileiras. Em que pese a crise das grandes narrativas nas Ciências Sociais, estes conceitos parecem ainda desfrutar de grande poder explicativo quando se pretende analisar a situação social dos afro-brasileiros. Não pretendemos retomar este velho debate, embora seja necessário aludir a alguns trabalhos teóricos sobre o tema, pois é a partir da referência a estas categorias que começa a ser cunhado o conceito de embranquecimento.

Os primeiros estudos sobre a inserção dos negros numa sociedade de classe datam dos anos 30. Entre os estudos pioneiros encontramos as pesquisas de Pierson e Azevedo. Estas pesquisas se tornaram clássicas ao mesmo tempo em que legitimavam um paradigma no estudo sobre as relações raciais: a constatação da “democracia racial brasileira”. Esta crença advém do argumento de que no Brasil as diferentes raças convivem harmonicamente, sendo inexistentes os conflitos raciais explícitos.

Pierson descreve a sociedade brasileira como multirracial e de classe. Ao analisar as relações entre brancos e pretos, o autor revela um olhar permeado pela segregação dos Estados Unidos, que o fazia perceber as relações raciais brasileiras de modo bastante ameno, provavelmente bem menos conflituosas do que poderiam ser. A ascensão social de um ‘preto’, e a convivência deste no mundo dos brancos, fazia com que ele acreditasse que a ascensão dependia apenas de características e esforços pessoais. O autor conclui que o preconceito no Brasil é de classe e não de cor. Os casamentos inter-raciais ou as “uniões mistas” são utilizados para ilustrar suas conclusões.

Dando continuidade à perspectiva adotada por Pierson, Azevedo descreve as relações raciais brasileiras com base num estudo também realizado em Salvador. O autor se propõe a analisar os canais de ascensão social para os “indivíduos de cor” escolarizados que ocupam melhores posições na estratificação social.

Azevedo descreve a sociedade baiana como uma caso exemplar da existência de um caldeirão “étnico euro-africano brasileiro”. Por ser a cidade brasileira com maior número de pretos e mestiços, Salvador seria um grande modelo de convivência harmônica entre brancos e pretos. Por consequência, a sociedade baiana tenderia a anular a existência de antagonismo, tanto de cor quanto de classe, através do processo de

acomodação recíproca e pela existência do “homem cordial brasileiro”, cujo protótipo é o homem baiano.

Ainda de acordo com Azevedo, a sociedade baiana não havia concluído a passagem de uma sociedade de status para uma sociedade exclusiva de classe. As duas formas ainda podiam ser encontradas durante o período de realização do seu trabalho, início da década de 50.

O status para os brasileiros, como para outros povos, está relacionado à condição de nascimento. Entretanto, devido ao passado de escravidão negra, aqui o status também está associado à cor. Contudo, estas desvantagens podem ser amenizadas através de mecanismos de embranquecimento biológico ou social, como, por exemplo, os casamentos inter-raciais, educação, apadrinhamento e modificação da posição econômica. Nesse sentido, os negros que adquirem status necessitariam assimilar a cultura do branco, tornando-se “socialmente brancos”.

Ainda que tanto Azevedo quanto Pierson enfatizem a não existência do preconceito de cor, constatam o mecanismo de embranquecimento vivenciado pelos negros para ascenderem socialmente. Este embranquecimento, portanto, seria uma forma “consciente” adotada pelos negros para diminuir as desvantagens da cor.

A partir dos anos 50, foram implementados novos estudos sobre as relações raciais brasileiras. Essas pesquisas inauguram um novo viés interpretativo, pois é a partir dos trabalhos de Fernandes que será contestada a crença na democracia racial brasileira.

Fernandes ressalta que, na nova ordem capitalista, o negro permanece ocupando os espaços marginais da sociedade. Esta marginalidade não é explicada por mecanismos produzidos pelo sistema capitalista, mas por sobrevivência de um passado escravista.

Entretanto, esta característica tenderia a desaparecer na medida em que o capitalismo se desenvolvesse. O autor nos faz atentar para o mito da democracia racial brasileira, que acaba por fomentar outros mitos. O autor paulista lembra que os negros são socializados para serem obedientes e submissos, aceitando a sua condição de inferioridade econômica.

Uma terceira fase, no entanto, é iniciada a partir da década de 70. Conforme Queiroz (1977), este período pode ser caracterizado teoricamente por duas contradições fundamentais: a tendência de alguns autores de enfatizarem o preconceito de classe e não o preconceito de cor, ou, ao contrário, a ênfase demasiada no preconceito de cor, chegando ao ponto de referir-se a um sistema de segregação racial parecido com o sistema de castas.

Castro e Barreto (1992) identificam recortes no mercado de trabalho formal, caracterizado como espaços brancos (são as ocupações hierarquicamente superiores no Legislativo, executivo e Judiciário, as direções de empresas, a condição de proprietário e as profissões científicas e técnicas) e os espaços negros (são as ocupações de produção industrial e de serviços). Mesmo assim, um número reduzido de negros conseguem participar daquele espaço branco. Entretanto, para ocupar cargos melhores nas hierarquias das empresas, os negros têm que possuir melhor nível educacional que os brancos.

Pereira (1967) analisa um movimento ascendente dos negros numa área profissional específica, o rádio em São Paulo durante o período de 1959 a 1963. Nessa época, a sociedade brasileira vivia um processo de mudanças nos meios de comunicação, com o surgimento das emissoras de televisão. O autor observa que a inserção dos negros

no trabalho radiofônico é marcante para delimitar um período em que os negros vislumbravam ascender socialmente, através de profissões específicas.

Pereira demonstra que a convivência desses sujeitos com os brancos não extrapola o campo das relações profissionais para atingir outros aspectos da vida dos indivíduos que estão inseridos numa determinada classe; mesmo assim, a maioria dos entrevistados acredita que ingressar no espaço identificado como o “mundo dos brancos” é apenas uma questão de tempo e dinheiro.

Nesse sentido é que as prioridades estabelecidas na vida desses indivíduos se relacionam com a aquisição de bens que determinam o status social (por exemplo, o carro e a casa), bem como ao estilo de vestuário adotado.

Com o objetivo similar ao nosso, mas sem pretender operar uma análise sobre a identidade negra, situa-se a pesquisa de Paranhos (1983), que realiza um estudo sobre os problemas da ascensão social dos negros em Salvador, objetivando identificar as causas que facilitam a ascensão social e os problemas que conduzem à pauperização. A autora conclui que existem dois grandes obstáculos: a falta de recursos financeiros e a instrução.

O trabalho de Costa (1982) revela as dificuldades de ascensão para o negro. O autor reúne uma série de depoimentos de pessoas negras que exercem distintas profissões, enfocando a trajetória de cada indivíduo dentro do seu meio profissional. Os depoimentos das pessoas que ocupavam melhor lugar na estratificação social é basicamente marcado por uma situação inicial de pobreza e por terem sido vítimas de discriminação racial. Contudo, na situação econômica em que se encontravam, a cor parecia ter perdido a importância, pois, se era comum enfatizar a discriminação racial no início da carreira profissional, o mesmo não aconteceria após terem atingido um certo nível profissional.

A tendência tem sido enfatizar a mudança de comportamento, de valores culturais e sociais dos negros que ascendem, em comparação aos negros de classe baixa. Entretanto, pouco se buscou conhecer sobre a predisposição deste grupo em aceitar os valores da classe média, o que, em certa medida, pode ter favorecido a sua estratégia de ascensão, bem como sua melhor adaptação ao novo grupo ¹⁴.

Além disso, ocorre freqüentemente uma comparação com a ascensão social dos negros norte-americanos. É importante lembrar que grande parte das pesquisas sobre as relações raciais brasileiras contém explícita ou implicitamente uma comparação com o modelo norte-americano. Portanto, desenvolvemos um grande interesse em conhecer alguns estudos realizados sobre o tema nos Estados Unidos.

O clássico trabalho de Franklin E. Frazier *Black Bourgeoisie* teve sua primeira edição na França, em 1962 e só alguns anos depois foi publicado nos Estados Unidos. Longe de ter sido aceito unanimemente pela comunidade negra, o livro suscitou protestos e controvérsias, principalmente pela população negra ascendente. Este livro mostrou-se de fundamental importância para a compreensão da construção e do desenvolvimento da classe média negra norte-americana, assim como revela a origem de conceitos e de interpretações, como por exemplo, o de "complexo de inferioridade", que até hoje são utilizados para compreender a realidade da classe média negra brasileira.

De acordo com o trabalho de Frazier, inicialmente, a ascensão social dos negros norte-americanos foi fruto de um sistema de segregação rígido e da recusa dos brancos em receber os negros em seus estabelecimentos comerciais. A pequena classe média negra emergente situava-se basicamente no setor de serviço, principalmente, como pequenos comerciantes; posteriormente, um pequeno número de professores, enfermeiras e

advogados trabalhava unicamente para a população negra. Portanto, os negros ascendiam num contexto em que eles eram minoria. Poderíamos argumentar que a ascensão ocorria a partir da afirmação de uma identidade negra.

De modo contrário, os estudos brasileiros clássicos (Pierson e Azevedo) demonstram que no Brasil só era possível ascender a partir da negação da identidade negra, da assimilação de valores e dos comportamentos dos brancos. Como resultado de contextos distintos, temos mecanismos de ascensão diferenciados. Toda esta discussão nos levou a indagar sobre a pertinência na análise de um único modo possível de ser negro e de assumir a negritude, fundamentalmente inspirado no modelo norte-americano de relações raciais.

1.4- Uma perspectiva teórica sobre mobilidade e ascensão social

A teoria sobre mobilidade social tem enfatizado as mudanças estruturais ocorridas na sociedade que possibilitam a reestruturação das bases produtivas. Além disso, o estudo sobre mobilidade tem dedicado particular atenção ao aumento ou diminuição das distintas camadas sociais. Contudo, a mobilidade não depende apenas das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, mas das condições individuais, tais como idade, profissão ou ocupação, origem social e nível educacional.

Conforme Pastore, a mobilidade social se refere também à mudança de status social.

“(...) A mobilidade vertical, nesta concepção, é entendida como mudança de status social proporcionada pela passagem do indivíduo de um status ocupacional para outro. Dada a importância da diferenciação ocupacional, uma das primeiras tarefas do estudo da mobilidade social, como que para formar o seu pano de fundo, é estudar as mudanças que ocorrem na estrutura ocupacional ao longo do tempo. (Pastore, 1979:12)

Ainda que haja ênfase na mudança de status, há uma forte correlação com as mudanças estruturais na sociedade. Por isso, Agier (1992) propõe uma distinção entre os termos mobilidade e ascensão social. Por mobilidade, entende-se o processo de recomposição das posições individuais no mercado de trabalho e na estrutura social em mudança. Já a ascensão social é tida como uma

“(...) ‘elevação’ individual de posições, em termos de renda e de status, na ordem hierarquizada e valorizada das classes existentes” (Agier, 1992: 4).

Nesse sentido, o trabalho que realizamos refere-se muito mais à ascensão social de alguns indivíduos do que a um estudo sobre mobilidade social propriamente dito, visto que não ocorreu nenhuma alteração significativa na estrutura do mercado de trabalho baiano, na última década, que propiciasse uma recomposição de sua base reprodutiva, ou que favorecesse significativa oportunidade de mobilidade para os indivíduos ou grupos, tais como as que ocorreram com a instalação da Petrobrás nos anos 50, ou do Pólo Petroquímico de Camaçari na década de 70. Além disso, estamos interessados nos aspectos individuais que favorecem a ascensão social, por exemplo, a educação, a experiência profissional e o *background* familiar, bem como entender como estes indivíduos interpretam sua própria experiência.

De acordo com Agier,

“(...) O que há de novo na situação sócio-étnica baiana de hoje, é que, ao mesmo tempo em que permanecem as discriminações raciais (estruturais e comportamentais), as modificações recentes da estrutura sócio-econômica local ampliaram as oportunidades de trajetórias individuais e familiares de mudança social, modificando as representações do trabalho, dos projetos profissionais e dos canais de inserção social entre as pessoas de cor oriundas, principalmente, de meios pobre ou da chamada pequena classe média. (Agier, 1992; 6).

1.4.1-Mobilidade social

Nos estudos sobre mobilidade social, convencionou-se atribuir grande importância ao estudo da ocupação, por haver um reconhecimento de que a ocupação é o indicador

mais estável para a comparação de gerações e de grupos sociais através do tempo. A obtenção dos dados se dá a partir da comparação entre o primeiro e o último emprego (mobilidade intrageracional) ou entre a posição econômica do chefe da família com a do entrevistado (mobilidade intergeracional).

Pastore sugere o uso de modelos de análise da mobilidade social que se baseiem no status ocupacional, combinando-se profissão, educação e renda associados à diferenciação da estrutura ocupacional. São três perguntas básicas que permitem perceber o status ocupacional: O que faz? Quanto ganha? Qual o nível de educação?

No Brasil, o ingresso precoce no mercado de trabalho nem sempre significa a retirada ou a interrupção definitiva dos estudos. Muitas vezes, o início da carreira profissional é determinante para a permanência na escola. É isso que ocorre com a maioria dos entrevistados (80%). Oriundos de famílias pobres, com pais pouco escolarizados, estes indivíduos investiram na educação como o único meio de “melhorar de vida”.

Todos os entrevistados vivenciaram a experiência de mobilidade intergeracional, com base na comparação entre a ocupação e a escolaridade do entrevistado com a do chefe de família. Além disso, os entrevistados também experimentaram uma mobilidade intrageracional, quando comparamos o primeiro com o último emprego - o que os coloca como privilegiados no conjunto das expectativas de quem ingressa cedo no mercado de trabalho.

De acordo com Pastore, quanto mais cedo o indivíduo ingressa no mercado de trabalho, mais baixo é o seu status ocupacional e maior é a probabilidade de manutenção deste baixo status. De modo contrário, a entrada tardia vem associada com um bom começo e facilita a trajetória ascensional.

Ainda que a literatura sociológica indique que a vivência, as gratificações ou as frustrações experimentadas pelos indivíduos dependem muito do modo como eles se relacionam com seus grupos de referência¹⁵ e com o que acontece a estes grupos em termos de mobilidade, bem como das discrepâncias entre as aspirações e a mobilidade efetiva, de acordo com os dados da pesquisa os entrevistados do presente trabalho são exceções no ambiente familiar, pois na maioria dos casos, somente o informante cursou a universidade. Isso nos coloca o problema de como entender a relação entre *background* familiar e esforço individual.

Um outro dado sobre mobilidade nos chamou a atenção. Conforme a teoria já mencionada,

“(...) Quando um indivíduo passa de uma ocupação de status baixo para uma ocupação de status mais alto - de classe média, por exemplo - tal movimento tende a ser acompanhado de vários ganhos em termos de oportunidade econômica, educacionais e sociais, assim como de mudança de valores, de atitude e de horizonte cultural. (Pastore, 1979:4)

Assim, a teoria sobre mobilidade aponta para as mudanças de comportamentos e valores dos indivíduos ou grupos, ou seja, a mudança de comportamento e de valores verificada no processo de ascensão é uma característica de todos indivíduos ou grupos que ascendem e não se trata de uma especificidade da população negra. No entanto, tal fato não repercute nas análises sobre a ascensão social dos negros. Resta-nos saber se em grupos com forte identidade étnica, a exemplo dos armênios, sírios, teuto-brasileiro, espanhóis e outros esse fenômeno também ocorre. Analisaremos esse aspecto comparativo no segundo capítulo.

CAPÍTULO DOIS - O CONTEXTO SOCIAL DA PESQUISA

Introdução

Pretendemos abordar a temática da “classe média negra” objetivando estabelecer parâmetros comparativos entre a classe média brasileira e outros grupos que ocupam a mesma posição de classe, mas cuja etnicidade constitui a marca de sua especificidade - notadamente, os grupos de imigrantes que ascenderam através do exercício de profissões específicas, ou dos denominados “nichos étnicos”¹⁶. Com isto, pretendemos perceber a relação entre ascensão social e mudanças de valores e comportamentos nos grupos que vivenciam essa experiência de mobilidade. Nesse sentido, lançaremos mão também dos poucos trabalhos que versam sobre a classe média brasileira, comparando-a com o grupo que é objeto de nosso trabalho.

Nosso objetivo é buscar compreender as manifestações da identidade negra nos limites em que esta se verifica para os nossos entrevistados. O ponto de partida não é a crença pré-estabelecida da existência de uma identidade ou a sua negação, mas refletir sobre os hábitos e os valores que norteiam a vida de um grupo de negros que ascendeu socialmente.

2.1- Quadro geral sócio-econômico e ascensão social dos negros

Nas últimas décadas, ocorreram no Brasil transformações na estrutura ocupacional decorrentes da intensificação do processo de urbanização, da industrialização e da democratização do ensino público. Apesar dessas mudanças, a população preta e

parda continua sofrendo desvantagens no mercado de trabalho, por conta do racismo existente na sociedade brasileira (Hasenbalg e Silva, 1988).

Os estudos sobre mobilidade, estratificação social, status e prestígio apontam para a importância da educação no processo de ascensão dos grupos e ou indivíduos, principalmente para a população negra¹⁷. Contudo, tem-se concluído que o retorno do investimento educacional é fortemente diferenciado, obedecendo aos recortes de cor e gênero (Queiroz, 1994; Castro e Barreto, 1992). A mobilidade ascendente primeiro atinge os homens e mulheres brancos, enquanto a descendente afeta mais as mulheres e os homens negros (Cailloux, 1994).

Os dados da tabela mostram a existência de grandes diferenças raciais no que diz respeito à escolarização da população brasileira, principalmente em relação às faixas educacionais mais elevadas, configurando-se numa barreira de cor onde pretos e pardos vêem suas possibilidades de ascensão bastantes limitadas quando comparadas ao grupo branco. Considerando os grupos a partir de 12 ou mais anos de estudos, isto é, considerando a parcela da população que ingressou nas universidades, temos o seguinte quadro: 16,5% dos homens brancos vivenciam esta situação, contra 3% de pretos e 4,5% de pardos. Para as mulheres, temos um quadro muito parecido: 16,3% de brancas contra 3,7% de pretas e 4,9% de pardas.

Homens				Mulheres				
	Total	Branco	Preto	Pardo	Total	Branca	Preta	Parda
até 3 anos	35,7	26,8	48,5	48,2	37,6	27,5	51,1	48,1
Até 4 anos	18,4	19,6	18,3	16,5	17,6	19,4	16,6	15,7
de 5 a 7	13,1	13,1	13,8	13,2	12,2	12,5	12,8	12,7
8 anos	6,2	6,6	5,2	5,6	5,7	6,2	5,5	5,4
9 a 11	14,9	17,1	10,7	11,8	15,3	17,9	10,0	13,0
12 e +	11,6	16,5	3,0	4,5	11,4	16,3	3,7	4,9

Fonte PNAD 1990
Anos de escolaridade das pessoas de 20-64 anos por sexo e cor
Brasil 1990

Dados mais recentes do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996 constataam que no Brasil apenas 1,7% dos negros chegam às universidades. Segundo o relatório, 35,2% dos negros e 33,6% dos pardos são analfabetos, contra 15% dos brancos. Apenas 18% dos negros e 26% dos pardos com segundo grau completo têm probabilidade de ingressar na universidade. Entre os brancos, a probabilidade sobe para 43%¹⁸.

Um aspecto a ser ressaltado é que, a despeito de todas as desvantagens nas trajetórias educacionais e no mercado de trabalho, um número, embora muito reduzido, de negros consegue romper as barreiras impostas pela cor e ocupar os espaços de trabalho típicos de branco. É para esse grupo que dirigimos a nossa atenção.

Uma inserção na tabela composta pelas profissões que formam o topo da hierarquia profissional (profissionais liberais, dirigentes e administradores de alto nível, outras profissões, funções administrativas, proprietários e empregadores e empresários por conta própria) indica a concentração de profissionais brancos nestas ocupações.

Enquanto 22% dos homens brancos estão representados nessas profissões, apenas 6,4% de pretos e 9,8% de pardos se encontram nesta situação. Com relação às mulheres, são 18,3% de brancas contra 5,1% de pretas e 9,2% de pardas ¹⁹.

1990	Branco	Pretos	Pardos	Total
1. Prof. liberais	2,0%	0,4%	0,2%	1,2%
2. Dirigentes Administrativos	4,8%	1,3%	1,7%	3,5%
3. Outras profissões	2,0%	0,4%	0,7%	1,4%
4. Funções Administrativas	3,3%	1,1%	1,4%	2,5%
5. Proprietários e empregadores	6,0%	1,4%	2,5%	4,5%
6. Empresário conta própria	4,0%	1,8%	3,3%	3,6%
Total	22,0%	6,4%	9,8%	16,7%

Fonte PNAD, tabulações especiais
Brasil/Masculino, 1990

1990	Branco	Pretos	Pardos	Total
1. Prof. liberais	1,3%		0,3%	0,8%
2. Dirigentes Administrativos	3,8%	0,6%	1,5%	2,8%
3. Outras profissões	4,3%	1,0%	1,5%	3,1%
4. Funções Administrativas	3,2%	0,8%	1,5%	2,4%
5. Proprietários e empregadores	2,6%	0,4%	0,9%	1,8%
6. Empresário conta própria	3,1%	2,3%	3,5%	3,2%
Total	18,3%	5,1%	9,2%	14,1%

Fonte PNAD, tabulações especiais
Brasil/ Feminino, 1990

No que se refere aos profissionais liberais, são 2% de homens brancos, 0,4% de pretos e 0,2% de pardos. Há uma redução da participação feminina na categoria para todos os grupos de cor: são 1,3% de brancas e 0,3% de pardas; o grupo preto não está representado. Apesar disso, note-se que a taxa de crescimento (PNAD, 1976/1990) revela um aumento de 3,27% de profissionais liberais pretos, contra 1,77% de pardos e 1,78% de brancos. Com relação as mulheres, foi o grupo de pardas que obteve o maior crescimento (10,41%) contra 3,27% de brancas e 0,12% de pretas.

1976/1990	Branco	Pretos	Pardos	Total
1. Prof. Liberais	1,78%	3,27%	1,77%	1,77%
2. Dirigentes Administrativos	1,59%	1,63%	2,44%	1,71%
3. Outras profissões	1,04%	0,46%	0,65%	4,00%
4. Funções Administrativas	1,96%	10,60%	3,14%	2,31%
5. Proprietários e empregadores	2,74%	2,50%	8,13%	3,20%
6. Empresário conta própria	1,74%	0,93%	2,41%	1,89%
Total	10,85%	19,39%	18,54%	14,88%

Brasil/ Fonte PNAD

Taxa de crescimento masculino 1976/1990

1976/1990	Branco	Pretos	Pardos	Total
1. Prof. liberais	3,27%	0,12%	10,41%	3,39%
2. Dirigentes Administrativos	3,45%	1,79%	6,92%	3,78%
3. Outras profissões	4,0%	—	7,83%	4,48%
4. Funções Administrativas	2,62%	3,11%	2,41%	2,58%
5. Proprietários e empregadores	7,54%	—	4,07	6,62%
6. Empresário conta própria	3,15%	2,54%	6,40%	3,91%
Total	24,03%	7,56%	38,04%	24,76%

Brasil/PNAD- Taxa de crescimento feminino 1976/1990

Cabe agora examinar este quadro para a região metropolitana de Salvador. Procedendo do mesmo modo, agrupamos as seis categorias que formam o topo da hierarquia ocupacional. No somatório, Salvador e a Região metropolitana de Salvador (RMS) apresentam maior diferença entre brancos e pretos que os dados de Brasil já analisados; são 45,8% de homens brancos contra 10,8% de pretos e 16,9% de pardos. Em relação às mulheres, esta diferença é um pouco menor, embora permaneça bastante acentuada: 38,2% de brancas, 13,5% de pretas e 17,2% de pardas.

	Homens				Mulheres			
	Branco	Pretos	Pardos	Total	Branco	Pretos	Pardos	Total
Prof. Liberais	1,1	—	0,1	0,3	0,7	—	—	0,2
Prof. liberais empregados	6,2	—	0,2	1,7	3,7	—	0,2	1,0
Dirigentes, Administradores	13,0	2,4	3,6	5,8	8,1	1,7	3,2	4,2
Outros prof. Liberais	5,7	1,5	1,5	2,5	9,5	1,7	2,2	3,9
Funções adm. Execução	5,3	1,2	2,9	3,3	5,1	2,1	3,9	3,9
Prop. Empregador	10,7	2,4	4,5	5,8	6,7	1,4	2,2	3,2
Empresário Conta Própria	3,8	3,3	4,1	3,9	4,4	6,6	5,5	5,5
Total	45,8	10,8	16,9	23,3	38,2	13,5	17,2	21,9

Pessoas economicamente ocupadas por sexo e cor, PNAD/1990
Região metropolitana de Salvador

Dessa forma, em que pese ter um maior contingente da população negra, Salvador e a RMS não revelam um quadro mais favorável para a população negra; ao contrário, as diferenças entre brancos e pretos são ainda mais acentuadas, o que nos leva a pensar na reprodução das desigualdades raciais do mercado de trabalho mesmo nas cidades onde a população negra é majoritária. Como vimos, as informações dessa pesquisa refere-se a um universo bem limitado, tanto a nível de Brasil como da RMS.

2.2- Notas sobre a classe média brasileira

É uma tarefa difícil procurar na literatura sócio-anropológica brasileira trabalhos sobre a classe média, independente da variável cor. Dentre os poucos destaca-se Bonelli (1989), que analisa a trajetória de ascensão da classe média brasileira nas décadas de 60 e 70, indicando o seu favorecimento pelo crescimento econômico associado ao impacto da urbanização e da industrialização do período.

A autora traça um perfil das diversas ocupações características desta classe, destacando as mudanças de caráter subjetivo implementadas no comportamento e no estilo de vida dos indivíduos, em função das alterações do poder aquisitivo e, conseqüentemente, do padrão de vida. A característica mais marcante desse trabalho é a afirmação de que os indivíduos que passaram a ocupar a posição de classe média foram inseridos num ambiente social bastante diverso daquele em que foram socializados. Esta mudança radical no estilo de vida correspondeu a uma troca de grupo de referência, utilizado para posicionar-se socialmente. De acordo com Bonelli, a consolidação do espaço social dessa nova classe média pautou-se pela monopolização dos privilégios de status:

"(...) Se o estrato superior foi tomado como 'grupo de referência normativo', o estrato inferior ao que de fato pertencia foi utilizado como 'grupo de referência comparativo negativo', do qual deseja se distinguir" (Bonelli, 1989: 53).

Ao vivenciar a experiência de mobilidade, os indivíduos atingiram um patamar de consumo cujos parâmetros eram estabelecidos a partir da comparação com a classe alta.

Assim, buscavam um reconhecimento social através de bens que davam status e prestígio:

“(...) O estilo de vida que passaram a praticar orientava-se pela necessidade de diferenciar-se socialmente em relação à sua origem, inflacionando suas aspirações” (ib, 19).

As representações que os indivíduos construíam acerca de sua posição de classe ligavam-se tanto com a sua condição de vida em relação a outras classes, quanto a critérios que destacam sua posição diferenciada em termos de estilo de vida:

“ Ou seja, ao mesmo tempo que enfatizam sua condição de classe, destacam sua posição de status diferenciado, ambas variando de acordo com a referência que está sendo utilizada para avaliar sua situação” (ib, 15) .

A autora constata a multiplicidade de referências na vida da classe média, cuja trajetória é feita de altos e baixos, com oscilações na posição social e parâmetros extraídos de um universo bastante diversificado.

O que ocorre com as gerações posteriores à geração de 70 é que a estratégia individual via escolarização - principalmente o título universitário- perdeu sua eficácia em função da democratização do ensino e do conseqüente aumento da oferta de novos titulados no mercado de trabalho. Isto suscitou a necessidade de mudança no comportamento, verificado, principalmente, no uso de estratégias coletivas que fortaleceram a solidariedade de classe.

Por fim, a autora pretende verificar os efeitos da crise econômica na vida da classe média, concluindo que as repercussões da crise não se resumem apenas à perda do poder aquisitivo, mas, sobretudo, às condições de exercício profissional no mercado de trabalho,

o que acelerou a necessidade de se redefinir novas estratégias, pautadas, principalmente, na identidade social. Além disso, rompe-se a intrínseca relação entre status e poder aquisitivo, verificada durante o ‘milagre econômico’.

Dois importantes aspectos levantados pela autora nos parecem fundamentais para a constituição de parâmetros comparativos entre a classe média e a “classe média negra”: um, a mudança do grupo de referência ao longo do processo de ascensão; em segundo lugar, a multiplicidade de referências com que a identidade social é construída. Estes aspectos serão retomados no final deste capítulo.

2.3- Minoria étnicas e mobilidade social

Vários trabalhos sobre a mobilidade social têm enfatizado, quase que exclusivamente, a mudança de posição na estrutura sócio-econômica, em detrimento de análises que visem dar conta das estratégias de ascensão; já nos estudos sobre identidade étnica ou identidade negra, o destaque é dado à cor e à cultura. Há uma tendência a frisar nesses estudos o fundamento étnico das expectativas e dos estilos de vida, muito mais do que a influência e a determinação da classe. Assim é que buscamos compreender as estratégias de ascensão de alguns grupos, com um forte sentido de identidade étnica, notadamente aqueles que ascenderam a partir da afirmação dessa identidade. Isso nos obrigou a buscar na literatura sobre imigração o caminho para compreender como se entrecruzam os termos mobilidade e identidade.

É importante observar, porém, os distintos processos de inserção na sociedade vivenciados por aqueles que se encontravam estruturalmente em posições diferentes. Os negros foram trazidos involuntariamente para o Brasil; os imigrantes vieram ‘voluntariamente’, a partir da crença na possibilidade de uma melhor condição de vida. Os

negros que aqui chegaram eram provenientes de diferentes nações e etnias; vieram na condição de escravos e foram obrigados a aceitar as regras e valores da sociedade em detrimento da manutenção de seus próprios códigos sociais. No período pós-escravidão, os negros tiveram, concretamente, raras possibilidades de se incorporarem ao sistema capitalista emergente.

"(...) A simples passagem do regime servil para a plebe urbana era, no fundo, uma ascensão, e numa sociedade onde os brancos dominavam, subir era forçosamente assimilar-se a eles, perder, sob a cor, tudo o que os antepassados tinham trazido consigo da África "Barbara" (Bastide, 1971: 141).

Os imigrantes, entretanto, aportaram na condição de trabalhadores livres num mercado de trabalho em expansão. Uma das características mais marcantes da política de imigração brasileira foi a preocupação em que os recém-chegados assimilassem a cultura local e contribuíssem com suas características para o desenvolvimento da nação e a criação da identidade nacional. Mas algumas

"(...)etnias imigrantes tendiam a reagir a tais pretensões, na medida de suas possibilidades de expressão, tentando criar fronteiras simbólicas que os separassem dos grupos de indivíduos considerados como seus vizinhos no imaginário local". (Grün, 1992: 27).

Após este período, os elementos utilizados para estabelecer as fronteiras simbólicas foram mantidos, principalmente para demarcar a fronteiras entre "nós" e os "outros".

Os textos analisados sobre imigração apontam para a existência de uma identidade étnica-racial pautada na origem comum, somada à crença na habilidade do grupo para o

desenvolvimento de atividades específicas no mercado de trabalho brasileiro. Mais do que isso, os imigrantes lançavam mão de estratégias de ajuda mútua, favorecendo o estabelecimento e a inserção de novos membros da comunidade nos seus negócios, ao tempo em que reafirmam a identidade e a solidariedade grupal.

Contudo, a bibliografia sobre as atividades comerciais dos imigrantes tende a demonstrar muito mais que estas especificidades profissionais foram criadas para ocupar vazios na estrutura ocupacional, do que a existência de uma predisposição ou tradição dos grupos no exercício de atividades específicas no mercado de trabalho. (Waldinger, 1990; Trauzz, 1991 e Grün, 1992).

A literatura sobre os negócios ou empresários étnicos destaca a existência de estratégias comuns empregadas pelos diferentes grupos, em que pese as especificidades culturais; são os denominados recursos e estratégias étnicas, características sócio-culturais que um grupo utiliza em próprio benefício.

“Os recursos étnicos típicos são: talento cultural, relativa satisfação no trabalho, trabalho padronizado, criação de associações que organizam e direcionam as atividades e o uso de estratégias coletivas, além da exploração da estrutura familiar nas atividades comerciais ou nos “nichos étnicos” e o uso de encontros sociais e ou religiosos para a troca de informações.”²⁰ (Waldinger, 1990: 131)

Uma das características mais importantes neste tipo de atividade é a utilização da mão de obra familiar e de pessoas pertencentes ao mesmo grupo. A importância da família se deve, principalmente, à reprodução da mão de obra e ao excessivo número de horas trabalhadas. Além disso, não há uma relação que possa ser considerada como uma relação

clássica de trabalho, empregador/empregado, caracterizada pelo cumprimento das leis trabalhistas, como por exemplo o pagamento de salários, férias e horas extras. Assim, a atividade comercial é caracterizada pela ajuda mútua e, raras vezes, os indivíduos recorrem a empréstimos provenientes de instituições financeiras oficiais.

Nessa direção, citaremos alguns trabalhos que versam sobre a atividade comercial específica de grupos de imigrantes no Brasil. Esses trabalhos apontam para a estreita relação existente entre os aspectos religiosos, econômicos e culturais. Nosso objetivo é assinalar as mudanças ocorridas, ao longo dos anos, no processo de sociabilidade das diferentes gerações, bem como atentar para a importância da etnicidade no processo de ascensão de alguns grupos.

O trabalho de Grün (1992), já citado, incide sobre o grupo de armênios chegados em São Paulo, no início do século, numa sociedade urbana ainda em construção. Os armênios estão concentrados, principalmente, no setor de calçados em São Paulo. A inserção profissional é associada a identidade étnica, constituindo-se na base simbólica desta identidade.

“Os atributos listados nas estratégias de diferenciação acabam se tornando pontos da ética que cada “armênio em potencial” deve seguir, produzindo-se um efeito prescritivo sobre suas condutas. Entranhada nos indivíduos pela socialização familiar e nos colégios, igrejas e clubes étnicos, essa espécie de código de conduta vai se tornar um importante instrumento de reconhecimento de iguais” (ib. 35)

Há uma estreita relação entre os aspectos religiosos, econômicos e culturais nas estratégias dos armênios da primeira geração, que vão se enfraquecendo e se tornando

menos eficazes na socialização das novas gerações. O curso universitário e a vivência com outros círculos de sociabilidade mudam o rumo das expectativas de vida dos membros da terceira geração, quebrando as tradicionais formas de socialização - o que nos faz refletir sobre a importância da escolaridade na vida social dos indivíduos. Isso se repercute principalmente na escolha dos cônjuges, quebrando a tradicional endogamia étnica.

“Na terceira geração, mais escolarizada, mais exposta aos códigos e condutas vigentes na sociedade inclusiva, o controle é bem mais difícil... De fato,...o principal problema para a continuidade da colônia armênia no Brasil é a tendência dos jovens de hoje em dia de casarem fora da colônia. O grande concorrente da sociabilidade interna à colônia passa a ser a universidade, por onde passa a maioria dos jovens armênios...” (ib.76)

Se a escolha do cônjuge fora do grupo ameaça a continuidade das formas de sociabilidade e solidariedade étnica tradicionais, também aumenta a possibilidade de um casamento mais semelhante em termos de escolaridade, renda e de outras afinidades.

“É claro que o espaço de sociabilidade étnico potencializa muito seus efeitos, por causa da redoma construída pelas associações das colônias, que protegem os agentes da ação de outros princípios estruturadores de gosto - as universidades, os colégios e clubes não étnicos, onde a convivência com jovens vindos de outros sub-espacos poderiam ajudar no desabrochar de tendências de personalidade não incentivadas no sub-espaco étnico” (ib.66)

A relação entre economia, trabalho e cultura é tão estreita que o enfraquecimento de uma dessas bases implica na diminuição da identidade étnica do grupo.

“Os estudos sobre enclaves de especialização étnica costumam apontar para o declínio dos nichos conforme as novas gerações da etnia vão se socializando no país-hóspede, já que os novos agentes procuram preferencialmente posições nas profissões liberais, consideradas de maior prestígio estatutário...” (ib.65)

Toda esta transformação sofrida ao longo dos anos afeta, principalmente, os indivíduos da terceira geração, levando o autor a criticar o anacronismo dos termos assimilação e aculturação em análises atuais.

Um outro importante trabalho sobre a existência da especificidade étnica no mercado de trabalho brasileiro é a pesquisa de Truzzi (1991) sobre os sírios e libaneses, também em São Paulo. Ainda que o trabalho de mascate (principal atividade do grupo) pudesse ser exercida individualmente, carecia do auxílio do grupo para a obtenção de crédito para a compra dos produtos. A utilização de mão de obra familiar e o recurso à ajuda mútua, observados entre os armênios, também são utilizados entre os sírios e libaneses.

A atividade de mascateação oferecia grandes vantagens em relação a outras ocupações: primeiro, porque dispensava habilidade profissional de tipo técnica; segundo, pela possibilidade de um retorno financeiro imediato. Na medida em que a atividade profissional era fortalecida, ocorria a chegada de novos imigrantes e parentes que refaziam o ciclo da mascateação (varejo) e a abertura do próprio negócio (comércio atacadista). A colônia sírio-libanesa era dividida, internamente, por diferenças religiosas e por regiões de origem. A figura do mascate acabou por encarnar uma espécie de unidade e de mito fundador da etnia no Brasil.

Paralelamente à atividade comercial, alguns descendentes de sírios-libaneses começaram a ingressar nas profissões liberais. Assim, era grande a incidência de médicos e advogados cujos pais começaram como mascates, embora isso significasse a perda da mão de obra e das formas tradicionais de sociabilidade.

Sendo o Brasil um país de ideologia assimilacionista, a aceitação desses imigrantes pela sociedade ocorria na medida em que eles ascendiam e incorporavam os valores da sociedade brasileira. Do mesmo modo que ocorre com outras minorias no Brasil, a escolarização e, principalmente, o curso universitário exercem importante influência na incorporação de novos valores sociais mais universais e menos particularizantes.

“A aceitação social talvez tenha sido mais complicada, pois em primeiro lugar teve que se desenvolver de modo muito acentuado no próprio interior da colônia. Entretanto, o sucesso econômico obviamente facilitava o engajamento dos mais graúdos na alta sociedade. A plena aceitação viria nas gerações seguintes, já escolarizadas em colégios onde o crivo era mais de classe e menos de afiliação étnica” (ib.38)

Já Bacelar (1994) analisa a trajetória dos galegos em Salvador na primeira metade do século XX. Os galegos, como os outros grupos de imigrantes, concentravam-se em setores específicos do mercado de trabalho, como a atividade comercial, principalmente os “armazéns de secos e molhados, padarias, tavernas e pastelarias”.

O projeto básico dos galegos era o retorno vitorioso à terra natal:

“...o que os dados demonstram é que o projeto vitoriosos de retorno em grande parte é redimensionado. No decorrer dos anos, em Salvador os galegos passam por nova socialização, firmam novas relações, aparecem outras gerações

e fortes vínculos econômicos promovem uma alteração do projeto inicial. Eles retornam e demonstram o seu sucesso, mas agora não mais para ficar, pois são os galegos da Bahia” (ib. 64)

Os pequenos conflitos gerados pela presença galega na Bahia, surgem, sobretudo, pelo relativo isolamento desse grupo da vida social local. Essa forma de interação é que irá lhe permitir a conquista de espaços na economia a partir da utilização de estratégias coletivas. Além disso, os galegos são vistos como trabalhadores que ocupam os espaços no mercado de trabalho que poderiam ser ocupados pelos negros e pobres da cidade.

Por outro lado, a fronteira construída ao redor do grupo caracterizava-se, principalmente, pela predisposição ao trabalho, em oposição aos trabalhadores baianos, vistos como indolentes e preguiçosos. Para os galegos, a “sua capacidade de trabalhar foi herdada, sendo inerente à sua condição étnica”.

O grupo galego, então, de forma progressiva, vai aceitando cada vez mais os valores universalistas e assimilando completamente as normas e valores vigentes em Salvador.

“...As premissas norteadoras do grupo, no período abordado neste trabalho, à medida em que seus membros foram sendo aceitos e integrados na vida econômica, social e cultural do ambiente, deixam de funcionar como forças coesivas e aglutinadoras” (ib., 182).

Um outro importante trabalho sobre a imigração no Brasil é o de Seyferth (1994), que discorre sobre a imigração alemã implementada nos estados do sul do Brasil a partir do século XIX. Conquanto o enfoque central não seja a ascensão social, o trabalho de Seyferth nos interessa pela abordagem específica sobre a etnicidade do grupo, numa

sociedade que incentivava e premiava a assimilação dos imigrantes à cultura nacional. Neste contexto, as estratégias de solidariedade e isolamento étnico tendiam a ser mal vistas pela sociedade abrangente.

Por outro lado, o relativo isolamento espacial dos alemães contribuiu para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva e para reivindicações de natureza política, o que os distingue completamente de outros grupos de imigrantes.

“O elemento mais concreto dessa etnicidade é o sentido de comunidade baseado na história comum da colonização...na cultura comum, considerada alemã, e na origem racial/nacional, que remete a noção de povo. Assim, a comunidade étnica formalizada é assumida como endogâmica e definida por um conjunto de elementos concretos que servem como limites a separá-los dos ‘outros’, entre os quais se destacam o uso cotidiano da língua alemã, a escola comunitária, as instituições culturais... além das características mais óbvias relacionadas ao estilo de vida e a uma ordem econômica e social derivada da experiência comum de colonização...(ib, 108)

Todos estes trabalhos demonstram que o projeto de ascensão foi facilitado pela ação coletiva, pautada, principalmente, na identidade étnica associada ao exercício de atividades específicas no mercado de trabalho. Contudo, as estratégias de socialização e de solidariedade utilizadas pelas primeiras levas de imigrantes perdem força na medida em que o grupo vai assimilando os valores e aceitando os códigos, valores e hierarquias da sociedade inclusiva.

A coerção exercida pelo grupo em termos de solidariedade, e também em termos de sociabilidade - marcada, principalmente, pelo casamento intra-grupal e pela reprodução

da força de trabalho, através da inserção precoce no “mercado de trabalho” -, perdem sua força quando os membros das novas gerações ingressam nas universidades. Essa nova fase é marcada pela escolha de novas profissões - na maioria das vezes, profissões liberais - e pela convivência em círculos que extrapolam os limites estabelecidos pelo grupo. A forma mais visível com que se expressa essas mudanças está na escolha do cônjuge de fora do grupo ou a partir dos casamentos inter-étnicos.

Algumas características específicas demarcam a fronteira entre as estratégias de ascensão dos grupos de imigrantes e dos negros durante o projeto de ascensão. A população negra brasileira não tem recorrido às tradicionais formas de solidariedade étnica baseada no uso de estratégias coletivas de que lançaram mão os imigrantes. De modo contrário, a ascensão social do negro tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais.

“(...) a existência de oportunidades de mobilidade social individual induz um cálculo racional ao negro segundo o qual suas oportunidades de ascensão são estimadas como estando em proporção inversa à sua solidariedade étnica....”

(Hasenbalg, 1979: 241)

Os negros que ascendem são vistos, quase sempre, como exceção à regra do grupo, majoritariamente representado nos estratos inferiores da hierarquia social.

Ainda que o Brasil tenha uma ideologia assimilacionista, as primeiras levas de imigrantes mantiveram-se, muitas vezes, relativamente isolados, conservando alguns aspectos sócio-culturais fundamentais para a reprodução de suas particularidades étnicas, o que não se chocou com o seu projeto de ascensão. Contrapondo-se à ascensão dos

imigrantes, a assimilação aos códigos e valores da sociedade brasileira, a princípio forçada, sempre foi condição *sine qua non* para a ascensão social do negro.

Historicamente, o casamento inter-étnico, notadamente entre negros e brancos, tem sido interpretado como uma das estratégias de ascensão econômica, assim como uma das possibilidades do negro ser aceito nas camadas médias e altas da sociedade, ou ainda, como um fenômeno do denominado processo de embranquecimento biológico, através do nascimento de filhos mestiços ²¹.

“Dada a recompensa atribuída ao grau de brancura, o sistema induz os não brancos a casarem-se com pessoas mais claras, de modo a maximizar as chances de mobilidade ascendente da sua prole. Para as pessoas mais escuras confinadas em posições sociais inferiores, há sempre a esperança de que seus filhos, se convenientemente “branqueados”, terão mais oportunidades que eles tiveram.... (Hasenbalg, 1979:240)

Para os imigrantes, entretanto, o casamento inter-étnico surge menos como uma estratégia de ascensão e mais como o reflexo da perda do poder dos órgãos socializadores, tais como escola, igreja, família, constituindo-se num empecilho para a reprodução das especificidades culturais do grupo.

A ascensão social dos negros não pode ser analisada seguindo a mesma lógica da ascensão das minorias étnicas. Essas minorias usam estratégias comuns de ajuda mútua e de solidariedade étnica que no caso dos negros não extrapolam o limite familiar. Em se tratando de empresários ou empreendimentos étnicos, os negros brasileiros não encontram preferência ou predileção dos indivíduos da mesma cor quando necessitam de serviços específicos. Os profissionais negros disputam no mercado de trabalho com os

profissionais brancos, não tendo a seu favor os recursos étnicos de que desfrutavam outras minorias e tendo contra a sua ascensão o racismo da sociedade brasileira, que os faz constantemente dar provas da sua capacidade profissional.

2.4 - Classe média negra: uma perspectiva comparativa

No capítulo anterior, anunciamos o interesse em compreender melhor alguns aspectos da classe média negra norte-americana, já que é recorrente nos estudos sobre as relações raciais brasileiras a comparação entre as duas sociedades. O trabalho de Frazier (1962) constitui-se no nosso ponto de partida para a compreensão do contexto em que surgiu essa pequena “burguesia negra”, assim como nos revela quais foram as suas estratégias de ascensão.

Frazier procura entender os modelos de comportamentos, estilos de vida e valores da classe média negra norte-americana. O autor demonstra as condições peculiares em que a classe média surgiu num contexto em que era minoria numa sociedade legalmente segregada. A entrada dos negros em algumas ocupações ocorreu devido às necessidades de serviços básicos da população negra, tais como saúde e educação.

Os negros de classe média eram numericamente menos importantes do que queriam fazer crer as lideranças negras e, em termos de status, renda e poder político, esta pequena burguesia em nada se assemelhava à burguesia branca. Esse grupo era formado majoritariamente por “mulatos” ou pessoas de “pele esbranquiçada” (expressões utilizadas pelo autor). Frequentemente, estes indivíduos ocupavam posições estratégicas nas instituições públicas.

Ainda no prefácio da segunda edição, Frazier observa que a reação da classe média negra não foi favorável à conclusão a que o livro chegara. Além disso, houve a alegação de que o que ele havia descrito sobre o comportamento da classe média negra podia ser aplicado à classe média branca e à classe média judia. Essa identificação genérica com outros setores das camadas médias da sociedade não fez com que o autor refletisse sobre a importância e a determinação da classe nos estudos dessa natureza.

A classe média negra estava concentrada em alguns ramos profissionais, como o de técnicos, gerentes, oficiais, chefes de serviço, proprietários, clérigos, vendedores, artesões e profissionais liberais. Nas atividades técnicas estavam os professores, pastores, físicos, dentistas, físicos, advogados, enfermeiras além de um pequeno número de negros alocados em arquitetura, engenharia e química. O segundo grupo ocupacional inclui os compradores, administradores públicos, oficiais, agentes de compra, transportadores de produtos de fazenda, condutores de trem, proprietários de negócios e empregados em funções clérigas. O terceiro grupo, a classe média baixa, era composto pelos artesãos.

De acordo com Frazier, antes da Guerra Civil americana a propriedade da terra era o principal veículo para o negro livre adquirir riquezas; nas cidades onde os libertos tinham maior acesso, exerciam diversas funções manuais, como alfaiates, carpinteiros, açougueiros e pintores, embora eles não fossem encontrados em posições sociais mais elevadas. Além disso, os negros trabalham em atividades nas quais os brancos nunca almejavam entrar, como por exemplo, o setor de transporte e alimentação. Já neste período os negros livres possuíam um jornal, uma farmácia e pequenas lojas e restaurantes. Eles também organizaram sociedades de ajuda mútua e encorajavam a

poupança e a acumulação de riquezas. Durante a Guerra Civil já existiam bancos de negros.

Os denominados *black businesses* eram empreendimentos ou empresas possuídas e operadas por negros. Quase a metade dos negócios negros era do setor de serviços; isso ocorria pela necessidade de atender à demanda da população negra, devido à recusa dos estabelecimentos pertencentes aos brancos em oferecer serviços aos negros²². Para Frazier, do ponto de vista do empreendimento, esses negócios eram considerados pouco importantes para a vida econômica norte americana.

Segundo Frazier, o *black business* foi um mito criado por aqueles que acreditavam que a separação racial era uma solução inevitável para o problema da raça. A partir disso, a população foi incentivada a depositar confiança nesses tipos de negócios, como um meio de escapar da pobreza e alcançar a independência econômica. O empreendimento negro foi motivado pelo lucro do negócio privado e visando o estabelecimento de uma classe capitalista empregadora negra. A idéia do negócio negro continha em si a idéia de dar oportunidade para o trabalhador negro fora da competição branca.

Por um lado, existe, assim, o mito do *black business*, que se fortalece a partir da crença que a acumulação de riquezas dentro da comunidade negra significaria a solução para o problema racial; por outro, o aumento do empreendimento negro depende de uma segregação rígida e está protegido da competição com os brancos.

Este quadro nos oferece as condições para pensar sobre uma sociedade rigidamente segregada em que parte importante das necessidades da população negra era provida na própria comunidade. Isso possibilitou a existência de profissionais negros

qualificados para atuarem nessas áreas, o que propiciou a existência de uma pequena classe média negra emergente.

A noção de “comunidade negra” parece ser central para compreender as estratégias de ascensão dos negros norte-americanos. Por isso, a ascensão era vista como um rompimento com a comunidade de origem, simbolicamente expressado na adesão aos valores dos brancos.

Paralelo ao afastamento da comunidade de origem, os negros em ascensão encontravam barreiras impostas pela sociedade branca; os brancos rejeitavam a possibilidade de inserção dos negros em seu universo. A classe média passava a viver num mundo negro também segregado:

“ Suas posições privilegiadas no topo da pirâmide social, atrás das paredes do mundo da segregação, forneciam alguma compensação para a sua auto-estima machucada ²³” (Frazier, 1962).

De acordo com Frazier, a burguesia negra foi mais exposta psiquicamente do que os negros pobres, principalmente no que se refere à crença na inferioridade negra. Ela foi levada a acreditar na superioridade dos brancos presentes nos livros, na religião e na visão de mundo que ela havia adotado. Conseqüentemente, desenvolveu-se um intenso complexo de inferioridade, buscando-se compensação no consumo e na adoção do modelo das famílias puritanas. Mesmo assim, havia sempre uma atmosfera de irrealidade cercando a vida isolada da pequena classe média negra.

“A história completa dos negros nos EUA tem sido de uma natureza para criar no negro um sentimento de inferioridade racial. Durante mais de dois séculos de escravidão pelo homem branco, todos os meios foram usados para

*imprimir o sentimento de inferioridade natural na alma negra. O cristianismo e a Bíblia foram utilizados para provar e para dar sanção divina, da inferioridade racial ou de alguma forma a sua exclusão das raças da humanidade. ...Para se tornar a imagem do homem branco, o homem negro exhibe mais claramente o complexo de inferioridade daqueles que escapariam da sua identificação racial..."*²⁴ (Frazier, 1975:124)

A educação não é apenas uma estratégia de ascensão, mas um modo de compensar a inferioridade frente ao homem branco; por isso, a classe média negra passou a atribuir uma importância exagerada aos graus acadêmicos. A educação era vista como um símbolo de cultura, refinamento e superioridade da classe média negra.

Este trabalho nos mostra a existência de um pequeno grupo ascendente que se defronta com as barreiras de uma sociedade segregada. Como a maioria dos grupos que ascendem socialmente, ele rejeita os seus grupos de referência e passam a identificar-se com outros grupos sociais, situados nas camadas médias e altas da sociedade; entretanto, a integração no mundo dos brancos é completamente vedada, o que os condena a viver numa condição marginal.

O trabalho de Landry (1987) discorre sobre a nova classe média negra americana (surgida após a conquista dos direitos civis), numa perspectiva comparativa tanto com a velha classe média quanto com a classe média branca. As diferentes denominações apontam para a existência de diferenciações no interior dos grupos. Segundo o autor, a classe média negra nunca desfrutou da segurança econômica, do padrão de vida básico e do status de que desfruta a classe média branca. Ao invés disso e independente das conquistas e dos empreendimentos pessoais, os membros da classe média negra sempre

foram estigmatizados, vivendo em certa marginalidade, já que eles fazem parte da classe média de um grupo minoritário.

Além disso, em termos numéricos, a classe média negra é bem menor que a classe média branca. Na metade do século XX, 10% dos trabalhadores negros tinham ocupações identificadas como pertencentes à classe média, contra 40% dos trabalhadores brancos. A partir da década de 60 como resultado do *boom* econômico e da conquista dos direitos civis, a classe média negra duplicou e, em 1970, aumentou para 27%. Contudo, a recessão econômica do final dos anos 70 e 80 provocou uma diminuição significativa dessa classe média negra.

Conforme Landry, o comportamento da nova classe média se distingue da velha classe média negra pelo menor interesse em manter um relacionamento estreito com os brancos, pela menor necessidade de romper com a massa negra e pelo menor exibicionismo e esnobismo manifestados nos objetos de consumo. Frazier (1962) constatou que a classe média negra imitava fortemente o estilo de vida dos brancos de classe média ou alta. Já a nova classe média se preocupa menos com o consumo conspícuo e tem adotado um estilo de vida mais acessível à sua posição de classe.

Vivendo em um mundo segregado, a velha classe média negra tinha uma vida social muito restrita, isolada, circunscrita aos limites da casa, do próprio bairro e de clubes sociais para os negros da mesma classe. A nova classe média negra experimentou uma vida social mais livre, menos fechada nos limites impostos pela segregação. Assim, a maioria dos negros de classe média desloca os seus divertimentos do lar para a comunidade.

Do mesmo modo, contrapondo-a ao comportamento social da classe média branca, Landry observa que a classe média negra procura mais divertimento e lazer fora de casa. Em termos de tipos de atividades sociais realizada fora de casa, brancos e negros da mesma classe social apresentam comportamentos semelhantes: ambos os grupos citaram jantar fora de casa e freqüentar os cinemas como as atividades mais regulares. Isso demonstra a importância do poder aquisitivo na conformação dos gostos e dos estilos de vida.

Comparada à velha classe média negra, a nova é mais política; essa mudança de orientação foi o resultado do envolvimento de um quarto de seus membros na luta pela conquista dos direitos civis. Além disso, na eleição de 1972 houve a maior participação dos negros: 81% contra 72% dos brancos da mesma classe social.

O autor conclui que, não obstante todas estas conquistas, o estilo de vida da nova classe média negra continua a ser limitado pelo racismo ainda existente na sociedade norte-americana, levando-a a adotar práticas de auto-proteção quando confrontada com a sociedade mais abrangente.

Mesmo sendo minoria nos Estados Unidos, cerca de 12% da população, a ascensão social dos negros norte-americanos não se pautou nas denominadas estratégias étnicas dos grupos de imigrantes. Ao contrário, inicialmente sua ascensão social foi o resultado do próprio sistema de segregação racial. Comparados com os negócios de outros grupos minoritários, os *black businesses* americanos estavam circunscritos dentro dos limites da própria comunidade, não extrapolando os muros da segregação. Mesmo antes da conquista dos direitos civis, a população negra já oferecia serviços específicos

que acabavam por incentivar a solidariedade, tais como jornais, bancos e sociedades de ajuda mútua que encorajavam a poupança.

Ainda em relação à problemática da ascensão, West avalia a crise da liderança negra americana no momento atual. Para ele, a inexistência de grandes líderes deve-se ao estilo de vida hedonista e consumista adotado pelos negros norte-americanos. O crescimento econômico ocorrido nos EEUU nos anos 60, associado ao movimento pelos direitos civis, possibilitou a alguns trabalhadores negros e qualificados inserirem-se na classe média, contribuindo, desse modo, para uma maior valorização profissional e das qualidades individuais. A consciência dos negros enquanto membros de uma coletividade que desejava maior participação econômica na sociedade americana aos poucos deu lugar à consciência profissional, interessando apenas o sucesso pessoal.

“Em nossa época, a vida da classe média negra é, antes de tudo, uma questão de consciência profissional, de realização pessoal e cautelosa adaptação” (West, 1994:54).

Assim, os negros norte-americanos de classe média acabaram se distanciando da própria comunidade, instância fundamental para transmissão dos valores éticos, religiosos e morais que são as bases para a luta política.

Todos estes aspectos mostram as diferenças entre a ascensão dos negros brasileiros e a dos norte-americanos. Os negros brasileiros, vivendo numa sociedade menos segregada, tiveram que concorrer desde cedo com os profissionais brancos, tendo contra si o racismo e a discriminação racial, o que os levou ao uso de estratégias de maior integração com a sociedade.

CAPÍTULO TRÊS - O CAMPO

“De uma maneira geral, pode-se dizer que todos os estudos que tratam das relações raciais tomaram brancos e negros como um princípio de classificação inquestionável. Essa forma de pensar permite que se fale de grupos negros, famílias negras, comunidades negras, como se não apenas brancos e negros fossem categorias homogêneas como identidades a priori contrastivas, transportadas a qualquer instância da organização social.” (Pacheco, 1986: 1)

Empreender um estudo sobre a classe média negra, ou melhor, sobre os indivíduos negros que estão inseridos nas camadas médias da sociedade, significa, antes de mais, desnaturalizar algumas categorias ou alguns aspectos que consideramos necessariamente diferenciadores entre negros e brancos. Com isso, pretendemos enfatizar a importância de dar voz aos entrevistados, objetivando entender quais são os princípios organizadores de suas ações; afinal, esta tem sido a pretensão da sócio-antropologia. Contudo, não estamos querendo minimizar ou escamotear as diferenças entre negros e brancos; desejamos compreender como e quando a cor informa as suas ações e a sua visão de mundo. Mais especificamente, pretendemos compreender a importância atribuída à cor no processo de ascensão social. Pretendemos

“(...) salientar a pertinência de empreender-se uma investigação que inicie com o questionamento da raça enquanto o princípio de classificação que explica a forma como os indivíduos se organizam ou os grupos e comunidades se apresentam.” (Pacheco, 1986: 2)

3.1- Representação de classe

No capítulo anterior, estabelecemos uma relação entre as estratégias de ascensão utilizadas por alguns grupos com forte identidade étnica e assinalamos a importância da família e dos denominados recursos étnicos nas trajetórias de ascensão. Além disso, apontamos para a diminuição da força da socialização étnica quando os indivíduos ingressam nas universidades. Do mesmo modo, fizemos uma rápida comparação com as estratégias de ascensão inicialmente utilizadas pelos negros norte-americanos.

Essa perspectiva comparativa nos levou a problematizar não apenas as estratégias e os recursos utilizados pelos diferentes grupos étnicos, bem como atentar para as diferenças no interior de uma macro-categoria que tanto o senso comum como as Ciências Sociais denominam de classe média. Diante disso, tornou-se necessário visualizar ou identificar elementos que dariam identidade ou serviriam como elementos diferenciadores do(s) grupo(s). Resta-nos investigar se os indivíduos que possuem cor, renda e profissões semelhantes desenvolvem uma identidade comum e solidária.

Velho (1994), num estudo realizado sobre as camadas médias do Rio de Janeiro, propõe uma distinção:

"(...)Trata-se de diferenças de motivação vinculadas a trajetórias e leituras específicas do sistema simbólico que constitui a cultura de que participam. Essas diferenças estão associadas a variação da escala de valores mais ampla e da própria construção social da realidade. O objetivo seria demonstrar que, dentro de um universo que segundo critérios sócio-econômicos como renda e ocupação poderia ser visto como homogêneo, encontram-se fortes discontinuidades em termos de ethos e visão de mundo.."(Velho, 1994: 41).

Nessa direção, lançamos mão dos dados da pesquisa nos quais objetivávamos perceber qual a classe social com a qual os entrevistados se identificavam ou a que acreditavam pertencer. A despeito de suas rendas serem consideradas elevadas em relação aos padrões salariais nordestinos e/ou baianos, não há um sentimento de pertencimento à classe média e, quando isso ocorre, quase sempre vem acompanhado de uma distinção em relação àqueles indivíduos que consideram como classe média.

“(...) A minha renda dá para pagar uma boa escola, um bom condomínio, dá para ter um carro Tempra 95, com possibilidade de ser trocado por um carro melhor, tomar cerveja com os amigos dia de sábado, levarmos uma vida razoável (...) classe média alta com os pés nos chão. Pelo segmento que a gente atua, a gente percebe que tem muita classe média alta com os pés fora do chão, andam com um carro zero Km mais devem, dão cheque sem fundo, vivem fora da realidade”. Raimundo, engenheiro, 37 anos

O entrevistado negou-se a precisar sua renda, preferindo enfatizar os benefícios adquiridos a partir dos seus rendimentos. Mas, ao se identificar com a classe média alta, fez questão de se diferenciar dos que ocupam a mesma posição de classe propondo a seguinte distinção: “classe média alta pé no chão” em oposição aos “pés fora do chão”, aqueles que vivem “fora da realidade”, cujo padrão de vida é superior aos recursos disponíveis.

No trecho abaixo transcrito, embora reconheça a importância da escolaridade, uma entrevistada prefere identificar-se com a classe baixa ou com “os pobres”, como ela própria denomina:

“Olhe, eu me considero pobre, apesar de ter essa formação, de ter estudado, eu me considero pobre. Aliás no Brasil essa é uma coisa terrível, quem era pobre virou miserável, quem era classe média virou pobre, eu nunca...aliás a gente dessa família nunca se enquadrou como classe média, nós sempre vivemos como pobre, com muitas limitações mesmo.” Márcia, 31 anos, arquiteta

É possível pensar que, pela perda de poder aquisitivo, haja uma tendência a enfatizar o desaparecimento da classe média. Alguns dos entrevistados argumentaram que no Brasil só existem pobres e ricos, ou, quando falam de classe média, tendem a acentuar padrões de consumo muito altos, provavelmente impossíveis de serem adquiridos com os níveis salariais atribuídos à classe média brasileira:

“Eu diria com toda segurança que eu me identificaria com a classe pobre, é uma autocrítica que eu estou fazendo (...) numa sociedade como a brasileira, nordestina, que convive com falso poder aquisitivo, aí eu me boto na classe média, mas no íntimo mesmo, eu me considero pobre.(...) Em termos de valores é claro que eu me identifico com a classe média, entendeu, eu estou falando em termos de bolso. Classe média na minha cabeça é aquela classe que recebe 100 e guarda 40, isso é classe média, quem é capaz de sobreviver um ano, com a poupança, isso é claro na minha cabeça, essa sim é classe média, inclusive são aqueles que não precisam vender sua força de trabalho, que vive dos seus bens, é aquela que consegue religiosamente comprar, (...) agora o que eu não sou é miserável, consigo ter um carro, consigo ter uns livros.” Cristina, enfermeira, 44 anos

Ainda que discorde do poder aquisitivo estabelecido como o principal indicador de classe média, existe a identificação com certos valores, com o estilo de vida e aspiração de consumo de bens materiais que podem ser indicadores de determinada classe social, por exemplo, automóveis, locais de moradia e as escolas freqüentadas pelos filhos.

Já uma outra entrevistada nos oferece exemplos de bens materiais indicadores do que considera que a classe média deveria possuir:

“A essa altura eu estou classe média média ou classe média baixa... se a gente for olhar os paradigmas que são determinantes para classificar as classes sociais. Quais são estes indicadores? Em cima daquilo que eu disse, classe alta deve ser 5 a 10% da população brasileira. Classe média alta deveria ter casa de praia, fazenda, motoristas, morar numa casa ou apartamento que não seria no Rio Vermelho (referindo-se ao bairro onde reside). Carmem, 52 anos, médica

Outro aspecto importante é observar que os entrevistados vêm como ainda frágil e instável a sua posição de classe.

“(...) Mas eu só posso falar de mim, a gente anda muito com o pé atrás para não pisar na areia movediça e não descer de vez. A gente se comporta observando muito, olhando muito, para perceber quem está sendo seu amigo de maneira honesta e quem não está (...)”. Raimundo, 37 anos, engenheiro

Todas estas falas evidenciam a diferença entre o que os entrevistados consideram classe média e a classe social que acreditam pertencer. Pode-se argumentar que o ingresso recente em determinada classe determina a representação sobre a própria posição social, ainda considerada instável. Afinal todos os entrevistados fazem parte da

primeira geração de ascendentes da própria família, o que é evidente através da comparação entre a escolaridade dos entrevistados e a escolaridade dos pais.

Por outro lado, há o reconhecimento de um recorte estabelecido principalmente pela educação, sociabilidade e lazer de que desfrutaram os informantes durante a infância em comparação ao que é oferecido aos filhos, que, certamente, terão menos dificuldade de se identificarem com a classe média²⁵. Os informantes têm um número de filhos bem inferior a seus pais e ao contrário da maioria deles, que freqüentou a escola pública, todos freqüentam escolas particulares. A fala de um dos entrevistados exemplifica bem essa observação:

“Agora existe uma coisa chamada hábito, por exemplo, eu vou ao teatro, mas não vou com a mesma freqüência que se eu tivesse aprendido desde criança a ir ao teatro, a mesma coisa com relação a cinema e a shows, ir e ficar lá sentadinho. Eu gosto muito de ir ao ensaio do Araketu, porque lá eu danço, então, hoje é diferente com minha filha, ela tem o hábito de ir ao teatro que a mãe dela leva”. Raimundo, 37 anos, engenheiro

Um outro dado importante a ser observado são as estratégias utilizadas por estes indivíduos para a manutenção ou reprodução da sua posição de classe. Embora constatem as dificuldades atuais de ascensão via escolarização devido à decadência do ensino público, reconhecem que a escolaridade ainda é o único caminho, senão de ascensão, pelo menos de preservação da posição conquistada; assim, privilegiam a educação formal dos filhos em escolas particulares.

Não obstante as diferenças de renda existentes no interior do grupo pesquisado - o que nos leva a subdividi-lo em dois grupos: a classe média baixa e a classe média alta - os

entrevistados apresentam em comum as trajetórias profissionais, marcadas, principalmente, pela associação entre o emprego público e privado. O projeto de ascensão fora favorecido pelo investimento na escolarização e a origem humilde marcou o início de todas as trajetórias.

Em termos étnico-raciais, a unidade do grupo é dada pela auto-definição da cor (80% se auto-definem como negros), pela percepção do lugar que os negros ocupam na sociedade, a constatação do racismo e a visão da maneira como são observados pela sociedade mais abrangente. Entretanto, não podemos nos referir a uma classe média negra, num sentido de reconhecimento e de auto-imagem atribuídos pelos indivíduos que ocupam a mesma posição sócio-econômica; nem tampouco constatamos a existência de um grupo que traça estratégias e ações coletivas pautadas na solidariedade étnico-racial.

Falar na existência de uma classe média negra, como se faz, por exemplo, no contexto norte-americano, pressupõe uma ênfase maior na similitude étnico-racial do grupo, ou seja, o acento posto na identidade racial seria maior que aquele colocado na semelhança da posição econômica. Nesse sentido é que afirmamos não haver uma classe média negra, mas indivíduos negros que ocupam a posição de classe média em nossa sociedade.

3.2- Família e sociabilidade

Barcelos (1996), analisando a ascensão social dos negros em Porto Alegre, destaca a espontaneidade com que se fala da família nas trajetórias ascensionais:

“(...). a família surge como questão de modo espontâneo em relatos sobre ascensão... a partir de parentes cujo papel tivesse sido destacado no salto que

conduziu a "melhoria de vida" e a inserção nas camadas médias urbanas"
(Barcelos, 1996:11).

Do mesmo modo, a fala dos nossos entrevistados foi permeada pela ênfase na família, principalmente sobre a importância do esforço empreendido pelos pais. A família é considerada como o referencial básico do processo de ascensão do grupo. Disso resultou a necessidade de fazermos um rápido apanhado sobre a família negra brasileira e sobre a sua importância como reprodutora de códigos e valores para os indivíduos.

Nos estudos sobre a família negra tem-se atribuído a ela características diversas da família branca ²⁶. Em que pese a existência de diferentes explicações, o matriarcado é visto como a principal particularidade dos negros. Segundo Frazier (1973), isso se deve à ausência masculina, propiciada pela desagregação da base cultural africana e pela incapacidade de absorver novos modelos fornecidos pela sociedade ocidental.

Bastide (1971) atribui grande importância às mulheres negras, mesmo onde os homens se fazem presentes. Já Herskovits (1941) acreditava que nas sociedades africanas havia diversos padrões culturais que favoreciam as relações de família e parentesco, o que não ocorria nas sociedades ocidentais; isso acabava contribuindo para a desestruturação ou não adaptação ao modelo nuclear ocidental.

Além disso, há uma associação direta entre "família negra" e pobreza, o que acaba por se configurar num modelo explicativo da especificidade das famílias negras. Para Machado (1996), os conceitos utilizados nas análises a respeito de famílias pobres são recorrentes nos estudos sobre família negra. A autora aponta para o fato de que as características utilizadas para descrever as famílias negras na Bahia são as mesmas encontradas para descrever as famílias pobres do Rio Grande do Sul.

De acordo com Barcelos,

“O eixo incapacidade-falta de oportunidade como o fator explicativo básico para a configuração da família negra, conduz a hipóteses explicativas para as características apresentadas pela família negra, especialmente a chefia feminina, que levam à idéia de que na pobreza residiria a maior pureza africana, a menor penetração da cultura branca hegemônica e de que nos estratos mais altos estaria sendo substituído pelo padrão familiar nuclear” (Barcelos, 196: 116).

Sua hipótese de trabalho é de que a família negra, “... tal como foi defendida pelos estudos clássicos - como desagregada, como “parcial”- , constitui um atributo de identidade aplicada sobre o grupo negro”. Para ela, isso se constitui num estigma.

“O mito da ‘mãe negra’ e da mulher negra, deriva desta ‘incompletude’ da família negra que ela traduz em termos positivos. O que era ‘desagregamento’ e ‘ausência’ foi preenchido pela hipertrofia do feminino materno no plano das representações do próprio grupo” (Barcelos, 1996: 124).

Em seu estudo, realizado com os negros de classe média, Barcelos afirma haver uma ênfase nos valores que respaldaram ideologicamente a ascensão dos indivíduos. A família é reconstruída com base nos membros que contribuíram para a superação da pobreza. Daí a autora conclui que a família é a rede prioritária na qual a solidariedade étnica e de classe viabilizam os projetos para o negro.

Ainda que não objetivássemos empreender um estudo sobre a família negra, tendemos a concordar com as conclusões a que chegou Barcelos no estudo sobre “família negra e ascensão social” em Porto Alegre. É incontestável a ênfase dada à família pelos

entrevistados no processo de ascensão. A reconstrução de suas histórias de vida recai, invariavelmente, no esforço empreendido pelos pais para educá-los dando-lhes “uma vida digna”²⁷.

Embora a maioria dos entrevistados tenha sido educada com a participação do pai e da mãe, é importante observar o papel que eles ocupam em suas narrativas: o pai foi o empreendedor, aquele que trabalhava “duro”; na maioria das vezes era trabalhador manual, enquanto a mãe se dedicava ao trabalho doméstico e a cuidar mais de perto da educação dos filhos. A mãe ocupava um papel central na organização da família e nas ações que propiciaram as condições básicas de ascensão social. Embora tivesse um nível de escolaridade muito baixa, era a mãe quem mais se dedicava a cobrar dos filhos um melhor desempenho na escola.

“(...) principalmente a minha mãe, havia muito estímulo, tanto que mudamos para a capital, porque no interior não tinha ginásio...para os mais novos estudarem. Embora meu pai fosse um homem que foi alfabetizado em casa ele lia e escrevia, ele era um homem muito inteligente.” Cristina, 44 anos, enfermeira

“Eu acho que o empenho, a dedicação de meus pais foi importante...acho que uma frase que falaram para a minha mãe, ‘deixe de dar uma roupa boa para o seu filho, mas dê educação’ acho que isso foi fundamental. Apesar de meus pais terem nível primário, mas eles acreditavam que os filhos tinham que ser melhor que eles. Além disso tem o meu esforço, eu acho que me esforcei muito para chegar a onde estou.” Roberto, 33 anos economista.

“Somos 5, sou eu e mais quatro irmãos... Só para você ter uma idéia eu me lembro que na minha infância a minha merenda era garapa de vinagre, com

pão e açúcar, para você ver a dificuldade que a gente tinha. A minha vida sempre foi assim, com muita dificuldade, meu pai começou a trabalhar com 13 anos, então, teve que trabalhar muito, ele começou como ajudante de eletricista de automóveis e se tornou conhecido em Salvador como excelente eletricista..”
Raimundo, 37 anos, engenheiro.

Não encontramos entre os nossos entrevistados as características descritas como típicas da família negra, como por exemplo a figura da mãe solteira. A maioria dos entrevistados foi criada com a presença do pai e da mãe, o que talvez tenha contribuído para a sua formação e favorecido sua ascensão.

Saídos de uma situação de pobreza, alguns dos entrevistados chegaram a atingir graus elevados de mobilidade em apenas uma geração, como podemos conferir na tabela sobre as suas características. Entretanto, essa ascensão não foi galgada por todos os membros da família de origem. Na maioria das vezes, o entrevistado foi o único a obter o nível superior de escolaridade e a obter a faixa salarial por nós estabelecida.

“O meu pai era pedreiro e a minha mãe doméstica. O meu pai eu não sei a escolaridade e a minha mãe tem o primário. Tenho quatro irmãos, todos têm o segundo grau, só eu tenho o curso universitário, eu tenho um irmão que é eletricista, uma não trabalha e as outras duas são enfermeiras (curso técnico)”.
Carlos, administrador, idade não declarada.

“Lá em casa são seis filhos, tenho cinco irmãos...nível superior só quem tem sou eu dos filhos.”
Ana, 26 anos arquiteta.

“Nós éramos sete irmãos e desses só um faleceu... só eu tenho o curso superior e os outros se dedicam a área de comércio, eles

precisavam dar continuidade a suas vidas... Para nossos pais era importante que todos se dedicassem aos estudos...mas, infelizmente, cada um que terminava o ginásio ia procurando uma atividade profissional por causa da dificuldade que nós passávamos na ocasião.” Antônio, 60 anos, advogado

A repartição dos ganhos auferidos pelos indivíduos no conjunto da família, em determinado período, também é uma característica dos entrevistados, ainda que tal atitude acabe por reduzir os efeitos de elevação no padrão de vida individual.

“Hoje eu sou quem mais tem dinheiro em casa, quer dizer, quem recebe mais...uma vez que eu recebo mais dentro de casa, eu que tenho uma renda superior, quer dizer que eu assumo muito mais responsabilidade em casa, como por exemplo, a gente comprou um telefone, então eu comprei o telefone, então a gente tem uma conta a pagar, eu procuro providências.” Ana, 26 anos, arquiteta

Barcelos (1996) identifica que “ajudar nos estudos” é o item mais referido como elo entre os entrevistados e os parentes que permanecem na base da hierarquia social. Esse resultado também foi encontrado em nossa pesquisa: os irmãos mais velhos costumam incentivar e investir na educação dos mais novos e até mesmo na educação dos sobrinhos que necessitam de ajuda financeira.

Destacar a melhoria da qualidade de vida não impede que os entrevistados enfatizem os obstáculos e as dificuldades do processo de ascensão. A questão do preconceito racial aparece, embora superposta à pobreza e como agravante das

dificuldades, pois a pobreza e o esforço em superá-la constituem-se no eixo central das narrativas.

O momento em que a questão do preconceito racial é mais enfatizado é no relacionamento com a sociedade mais abrangente, isto é, quando esses indivíduos querem desfrutar dos bens sociais que sua posição econômica lhes permite - por exemplo, comprar em boas lojas, ter um carro luxuoso, freqüentar bons restaurantes. Nesses momentos é que os entrevistados percebem o desconforto de serem negros numa sociedade racista e preconceituosa. Eles enfatizam a desconfiança com que são olhados, com que são observados pelos outros, e se dão conta do preço que deve ser pago por ousarem sair dos "lugares historicamente determinados" para os negros²⁸.

"O racismo existe e existe de forma clara, o que acontece com todo mundo a gente sabe, vai um negro visitar um amigo e eles pedem que entre pelo elevador de serviço...logo as pessoas acham que pode ser um assaltante. O negro é preterido a nível de cargo, coisas desse tipo. Agora vamos colocar as coisas a nível pessoal. Como é que eu me sinto nisso? As pessoas me olham de forma diferente quando eu estou no trânsito, porque o carro que eu tenho só as pessoas bem sucedidas têm, é um carro que chama a atenção. Eu observo que as pessoas olham pro carro e olham para mim, elas ficam surpresas...As pessoas me olham também quando eu frequento alguns tipos de restaurantes..."Raimundo, 37 anos, engenheiro

3.2.1 - Casamento

Como assinalamos anteriormente, a temática do casamento e da família apareceram nas narrativas dos entrevistados. Se a família assume grande importância na

reconstrução da trajetória ascensional, já o casamento aparece mais como derivado de uma escolha pessoal, um detalhe que, não estando relacionado com o processo de mobilidade, ocupou pouco espaço em suas falas.

Nos estudos clássicos sobre a ascensão social dos negros, duas estratégias eram tidas como determinantes no processo ascensional: o apadrinhamento e o casamento inter-racial. Fernandes (DATA?) aponta a importância os negros serem criados numa família melhor situada, branca, capaz de produzir efeitos socializadores e aspirações ascensionais. Para Azevedo, “(...) o casamento é um dos meios de acesso e de integração dos indivíduos não brancos nas classes e nas camadas superiores da sociedade” (1975: 61).

As informações obtidas sobre o tema, apesar de vagas, mostram que a maioria dos entrevistados são solteiros, em particular as mulheres²⁹. Barcelos (1996) identifica que, entre os negros de Porto Alegre, há uma tendência a que os indivíduos casem dentro do próprio grupo:

*“(...)o casamento dentro do grupo é visto como desinteressado, igualitário e desejável, desde que no mesmo patamar social e, principalmente, moral.
(Barcelos, 1996: 185)*

Pacheco (1986) observa a pressão exercida pela família no que se refere à escolha dos cônjuges orientando-se, sobretudo, pela preocupação com a futura prole. Segundo a autora, o casamento inter-racial é evitado exatamente nas famílias em que não é comum a existência deste tipo. Entretanto, constata que, a nível individual, as escolhas conjugais não se fundamentam necessariamente na cor entre pessoas de condição social muito semelhante.

“As pessoas percebem a família antes como vínculo moral que racial, na medida em que as identidades e diferenças raciais são construídas elas não são veiculadas através da família. Esta forma de perceber a família se liga a própria ideologia do grupo que se coloca contrária a discriminação racial e na defesa da igualdade”. (Pacheco, 1986: 91).

Dois trechos das entrevistas parecem ser significativos a este respeito. No primeiro, a fala demonstra que o namoro ou o casamento também estão relacionados com outros critérios de identificação e no segundo, o entrevistado faz uma leitura das mudanças que tem observado a respeito dos casamentos inter-raciais.

“ (...) não tenho preferência a nível de namoro, o homem dos meus sonhos não tem nada a ver com estas questões (de cor), teria que ser uma pessoa que tivesse um diálogo a nível cultural. O homem ideal é o homem que me diga alguma coisa, que tenha a ver com o que eu penso ideologicamente e não converse abobrinhas”³⁰. Carmem, médica 52 anos.

“Ao mesmo tempo que você tem aqueles negros que ascendem e casam com mulheres brancas, mas eu acho que isso hoje tá até diminuindo. Embora eu ache que o número de mulheres negras sozinhas é bem maior que o número de mulheres brancas. Eu acho que as mulheres brancas têm os homens negros como segunda opção e os homens negros são assediados mesmo, ainda tem aquele mito de que a gente é o melhor mesmo.” Roberto, 33 anos, economista.

3.2.2- Sobre a cor dos entrevistados

Entender a complexidade da escala classificatória brasileira sempre foi e continua sendo objeto de interesse de muitos pesquisadores, desde os trabalhos pioneiros de Harris (1967) e Degler (1972) até os trabalhos recentes de Maggie(1990) e Sansone (1993). De acordo com Sansone, o termo negro tende a ser empregado por uma geração mais jovem, enquanto preto é mais utilizado pelos mais velhos. Talvez isso ocorra tanto pela influência dos movimentos negros como pela maior presença do debate sobre a “desigualdade racial” na mídia e em outros setores de nossa sociedade. Recentemente, no horário nobre da Rede Globo, no “Jornal Nacional” de julho de 1997, o tema da desigualdade salarial entre trabalhadores negros e brancos foi abordado a partir dos resultados de pesquisa do IBGE. Além disso, existem algumas matérias sobre o assunto em revistas de circulação nacional, como a reportagem da Isto É “Negros em movimento” (21-12-94) e a da Veja “Pérolas negras”(17-05-95), sem falar do emblemático exemplo da revista **Raça Brasil**.

A maioria dos entrevistados (80%) emprega o termo negro para se auto-classificar; apenas 20% utilizam os termos escuro, mulato e preto. Embora o termo negro fosse empregado majoritariamente na auto-classificação da cor, isto não impedia que, ao descrever a cor da família e dos familiares, os entrevistados lançassem mão de outros termos, tais como “sarará e cabo verde”, para descrever qual o tipo físico de negro de que falava, o que pode indicar a permanência do reconhecimento da diferença de cor e cabelo que influi na denominação adotada.

“Eu sempre fui negra, nunca tive dúvidas e o meu pai é quixabinha, mais preto do que eu.” Cristina, 44 anos, enfermeira.

"Minha família... eles são mestiços e negros. No meu caso eu sou negro, eu tenho irmãos que são sarará e tenho uma irmã morena clara, mas de uma maneira genérica nós somos todos negros." Jair, 30 anos, advogado

"Em termos de cor eu me considero negra, meu pai é negro, é aquele dito cabo verde, só que ele é negro, negro mesmo e acabou, até porque a descendência é de negro e a minha família materna tem uma mescla variável, a minha mãe é branca descendente de português. Aqui em casa, porque eu não moro com meus pais, aqui em casa todo mundo é negro, mesmo que a gente queira tipificar, a nível de dizer que é sarará...mas a nível de descendência todos são negros." Maria, 32 anos, psicóloga

Estas falas demonstram que o discurso originalmente produzido pelos movimentos negros está permeando as representações sobre a cor dos entrevistados, mas, também, que o cotidiano da cor não se esgota com o uso exclusivo dos termos negro-branco. Assim, ter a ascendência negra passa a ser um critério importante de identificação, ainda que não se trate da apropriação completa do discurso produzido pelo movimento negro. Isto implica não apenas a utilização do termo negro e a introdução de novos critérios para definição da cor ou da raça, mas, sobretudo, o reconhecimento de uma história e de um passado brasileiro reconstruído do ponto de vista da presença dos negros.

Pacheco aponta para o modo como os indivíduos têm empregado o discurso sobre a cor.

"(...) Sob esse discurso negativo existiria mesmo uma valorização da cor 'inferiorizada', não no sentido, evidentemente, veiculado pelo movimento negro 'de busca de um nobre passado africano' ou de uma 'história do Brasil

construída por negros' mas sim através da demonstração de um certo orgulho de terem superado em suas relações pessoais essa distinção e o preconceito que lhe acompanha, não que acreditassem na 'democracia racial.' (Pacheco, 1986: 24).

Todos estes fatores distinguem a importância atribuída à cor no percurso profissional dos entrevistados, bem como no emprego de termos distintos, tais como preto, escuro, mulato, atualmente substituídos pelo termo negro. São as diferenças geracionais que marcam o uso dos termos, mais que a diferença entre os gêneros.

O trecho da entrevista abaixo demonstra o quão pouco importante era a cor para um entrevistado de 60 anos de idade, criado provavelmente num período em que a sociedade era muito mais segmentada, na qual a presença de negros em áreas profissionais mais qualificadas era bem menor.

"Entrevistador- Qual a sua cor? Entrevistado- embora nunca tenha sido motivo de preocupação para mim, eu acho que eu sou mulato, mas eu nunca me preocupei em verificar, nunca ninguém me perguntou ... Meu pai era o que se chamava de cabo verde, aquele preto de cabelos lisos.

(...) sobretudo na Bahia, onde nós temos uma mesclagem muito grande de pretos, brancos, cafuzos, mamelucos, enfim, é uma variedade muito grande, mas eu confesso que nunca me preocupei em saber qual é a minha cor, efetivamente o que é que eu sou, parece-me que a própria sociedade se encarregou em subdividir as cores das pessoas, de modo que hoje não temos as tradicionais - branco, preto e mulato - e isso me deixa sem saber a que grupo social em função da cor eu pertença." Antônio, 60 anos, advogado.

3.2.3- Consumo e lazer

Para Canclini (1996), o consumo é uma nova forma de participar no mundo e adquirir cidadania. Sansone (1997) constata essa assertiva, inclusive entre os negros-mestiços das camadas baixas. Entretanto, o consumo conspícuo dos negros de classe média sempre foi visto como um modo de adquirir status, visando a inserção no “mundo dos brancos” e assim se distanciar dos negros de classe baixa. Considerados como “novos ricos”, os negros ascendentes necessitavam demonstrar e legitimar a sua posição social. Esta análise ocorre associada a uma série de ditos populares que corroboram esta perspectiva, tais como a de que todo “negro quer aparecer”, ou que o consumo ostentatório “só pode ser coisa de preto”.

“(...) É interessante notar-se a este respeito que a caracterização de Florestan Fernandes dos valores e comportamento dos mulatos assemelhava-se grandemente ao retrato da ‘burguesia negra’ americana, desenhado por E. F. Frazier: a adesão a uma ética do individualismo competitivo e a um moralismo rigoroso, a preocupação com as marcas exteriores de um elevado padrão de vida, a fuga à identificação com a massa de negros e a obsessão pela competição e status. (Hasenbalg, 1979: 250).

Por isso, tentamos identificar quais eram as prioridades estabelecidas pelos entrevistados com relação ao consumo de objetos materiais e de música. Uma característica comum da amostra é a posse de veículos e aparelhos eletrônicos típicos da vida moderna, tais como micro-computadores, micro-ondas, máquina de lavar, mais de um aparelho de TV colorida etc. Todos os entrevistados possuem casa própria e almejam ou

têm as mesmas perspectivas de consumo - por exemplo, a troca do veículo por mais novo, viajar durante as férias e adquirir novos equipamentos eletrônicos³¹.

Os momentos de lazer são descritos pela frequência, na companhia dos amigos, namorados(a) e/ou familiares, a bares, restaurantes, cinemas e praia. A frequência aos restaurantes depende da companhia e da disponibilidade financeira do momento; assim, embora desejem frequentar bons restaurantes, isso não ocorre com muita regularidade.

A música preferida é a MPB, variando apenas pela predileção de alguns cantores. Aqui se nota mais uma vez a importância da diferença entre as gerações³², embora haja alguns cantores que desfrutam do consenso da grande maioria dos entrevistados, a exemplo de Caetano Veloso.

Ainda que não esteja estritamente relacionado ao consumo, a mudança de bairro tem sido descrita como um dos aspectos importantes na trajetória dos negros em ascensão, principalmente por se constituir num modo de distanciamento em relação aos outros negros. Por isso, tentamos detectar a perspectiva de mudar ou o que pode ter ocasionado a mudança do bairro onde nasceu e, se for o caso, a mudança do bairro onde residem os familiares.

“Tenho vontade de mudar, mas não para ir pro bairro nobre, essas coisas... a vizinhança realmente não é agradável, quando falo desagradável é porque a vizinhança não tem consciência do que é ser vizinho, por exemplo, ...eles incomodam você ouvindo som alto...Dia de domingo, eu quero dormir até mais tarde e o vizinho da frente bota o som alto, o vizinho do fundo, a mulher briga com o marido, é terrível...” Márcia, 32 anos, arquiteta

Velho (ib), a partir das histórias de vida dos seus entrevistados, constata a existência de um padrão comum: os indivíduos freqüentemente saíam de seu grupo de origem, cidade, bairro, para explorarem novas possibilidades. Esse padrão é explicado por ele pela necessidade de se associarem a outros indivíduos e pela necessidade de romper, mesmo que provisoriamente, com os membros da família e por conseqüência, afastar-se das cobranças advindas dela.

3.3- Educação e projeto de vida

Os entrevistados apresentam quatro características em comum: a educação, a importância da família no percurso profissional, a origem humilde e o emprego público. Embora não nos interessassem as atividades profissionais no setor público, a maioria absoluta dos entrevistados era concursada e trabalhava paralelamente no setor privado³³.

Para compreender o sucesso dos entrevistados, como “venceram na vida”, identificamos os esforços dos pais, a dedicação, o empenho pessoal, o trabalho e “um pouco de sorte”. Essas categorias atuam como critérios de seletividade e acabam por demonstrar os motivos que levaram alguns membros da família a ascenderem e outros não.

Velho propõe as noções de trajetória e de projeto individuais para compreender a inserção social dos indivíduos nas camadas médias. O autor observa que a noção de projeto é variável, podendo ser legítima para alguns contextos e para outros não.

“(...) até que ponto os projetos individuais são reconhecidos como legítimos e ‘naturais’. Sob uma perspectiva da camada média intelectualizada nada mais ‘natural’ do que a idéia de que cada indivíduo tem um conjunto de potencialidades peculiar que

constitui sua marca própria e que a sua história é a atualização mais ou menos bem-sucedida daquelas.” (Velho, 1994: 22)

A noção de projeto é entendida como conduta organizada para atingir fins específicos. Isso acontece quando a ação ocorre com algum objetivo predeterminado. É isso que se sucede na trajetória dos entrevistados; o projeto ascensional, “melhorar de vida”, é determinante. Muitos dos entrevistados tinham clara a necessidade de “serem os melhores”, “ter que ser melhor que os outros” tanto na escola como em suas carreiras profissionais para galgar os seus objetivos, pois a cor e a pobreza marcavam suas vidas.

O projeto não é puramente interno, subjetivo, mas é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente.

“Em uma sociedade de classe, sem dívida, um dos principais problemas é ver até que ponto certos projetos particulares podem ser considerados como de uma classe social específica, de um setor de classe, ou se não tem nenhum vínculo específico com classe, podendo ser relacionado com um grupo definido por outras variáveis...” (Velho, 1994:109).

Isso ocorre com os entrevistados; todos reconhecem a importância da escolaridade no processo de ascensão social. Parece que o investimento educacional é um projeto comum entre as classes sociais, embora saibamos que a concretização deste investimento depende cada vez mais de outras variáveis sociais. Além disso, em se tratando de indivíduos negros, parece haver uma tensão permanente entre aspirações individuais e coletivas. Diante disso, buscamos compreender qual foi o projeto pessoal dos entrevistados, a que fatores atribuem a sua ascensão e como interpretam sua própria experiência de mobilidade.

“Eu diria que eu dei sorte na vida, eu comecei numa escolinha pequenininha de bairro para pobre....depois disso foi uma escola pública, também no próprio bairro ...e por eu ter tendência a gostar de estudo, uma avó minha sugeriu que me colocasse no Colégio Militar de Salvador...Quando a gente fala um pouco de sorte é o seguinte, por exemplo, para ter acesso ao Colégio Militar que é uma instituição que possibilita o aumento no ganho de conhecimento, então, eu não sabia que o Colégio Militar existia e eu não tinha a mínima possibilidade de fazer um curso preparatório, é que todos os outros fazem, e eu não fui de vez, eu tive realmente sorte de estudar numa instituição que me alertou para uma série de coisas, terminou de fomentar, de embasar o meu caráter e a minha vontade de vencer. Se não fosse aquilo o meu pai não teria condição de me botar para estudar no Diplomata (Colégio particular), onde eu estou colocando a minha filha para estudar. Fora essa parte de sorte que eu falei, o resto é força de vontade, isso ai vem muito dentro de cada um de nós, então eu tinha vontade de estudar e eu estudava”. Raimundo, 37 anos, engenheiro.

“Eu tive uma trajetória até certo ponto difícil, difícil porque eu nascido de família pobre, numa época que havia uma discriminação muito grande com relação a isso (a pobreza), apesar de ter vivido talvez até para minha própria situação um momento essencialíssimo da sociedade, quando nós tínhamos apenas ou quase que totalmente colégio do governo, não existiam colégios particulares, não existia cursinho para vestibular, de modo que apesar das dificuldades que eu passei, dificuldades de ordem financeira e econômica, eu não posso me queixar,

porque o tratamento que se dispensava a qualquer outro aluno foi o tratamento que eu recebi. ... Nascido de família pobre eu não dispunha de recursos sequer para comprar livros para estudar e a minha sorte até certo ponto foi viver nesse período de bons colégios públicos." Antônio, 60 anos, advogado.

"Eu identifico que principalmente no Brasil, principalmente na Bahia, você cresce se você tem herança profissional, se você tem pais ou parentes de uma determinada profissão é mais fácil você galgar uma posição, que não é o meu caso, porque os meus pais tem uma formação muito humilde, eu me considero vitoriosa mas não vou dizer que eu estou dentro dos padrões "normais" do que significa ser médico. Eu acho que dentro do trabalho que eu desenvolvo eu me sinto vitoriosa, não financeiramente, mas profissionalmente, porque as pessoas respeitam o meu trabalho". Carmem, 52 anos, médica.

"É difícil um negro ascender socialmente e profissionalmente, ele tem que ser melhor, mas, por outro lado, eu acho que o profissional que quer ser respeitado ele tem que ser bom, essa questão de cor, eu sei que pesa, que existe, ...de repente eu esqueço que sou preta, não é que eu me esqueça de que eu sou preta, eu me esqueço de que, por exemplo, eu vivo num meio que só tem brancos, lá no meu grupo de trabalho a única negra sou eu, entende, a única negra sou eu, mais eu rodo a minha baiana, eu rodo a minha saia, eu me sinto muito a vontade e não percebo que sou negra ou, que eles sejam brancos, eu vejo todos eles como colegas de trabalho. Neide, 37anos, psicóloga

Como os entrevistados percebem os esforços empreendidos nos estudos:

“As pessoas saíam para ir à praia e eu ficava em casa, as pessoas saíam para a festa e eu ficava em casa, meus amigos me chamavam para ir jogar bola e eu ficava em casa. Tem até uma passagem interessante, teve um que me falou uma vez que eu ia morrer de estudar, aí eu disse a ele que preferia ser um defunto inteligente do que um vivo burro, tá certo? Quando eu ficava em casa estudando e os amigos me chamavam para ir pro bába, para tomar cerveja e eu dizia que não ia...tinha uns que me achavam estranho, esquisito.” João, 37 anos, psicólogo.

O investimento na educação requer esforços bem delineados, capazes de se sobrepor aos interesses mais imediatos, como por exemplo, a capacidade de renunciar as horas de lazer, a disciplina exigida por aqueles que trabalham e estudam, trajetória da maioria dos indivíduos oriundos de famílias pobres.

Ainda que a noção de projeto seja determinante para compreendermos as trajetórias dos entrevistados, outro conceito parece-nos fundamental para melhor visualizarmos não apenas o esforço empreendido por uma ação racional com fins de alcançar um objetivo específico, mas pela identificação “irracional” com certo estilo de vida. Por isso, propomos o conceito de socialização antecipatória de Merton (1970)³⁴. Neste caso, os indivíduos tenderiam a identificar-se com o comportamento de outro grupo de referência que não é o seu grupo de origem. A disciplina e a individualidade exigidas por aqueles que se dedicam aos estudos impede-os, freqüentemente, de compartilhar de comportamentos coletivos na própria vizinhança, tais como festa, jogo de bola (bába) e a praia, momentos de sociabilidade e lazer com os membros do grupo de origem (familiares

e moradores do próprio bairro). O silêncio e a tranquilidade são fatores desejados por esses indivíduos.

“Nós somos considerados pretos metidos, a nossa relação com os vizinhos não é uma coisa muito boa, digamos assim...Minha mãe é uma pessoa que se dá com todo mundo...Mas tanto eu como meus irmãos sempre tivemos essa dificuldade de lidar com os vizinhos. Porque nós sempre fomos considerados metidos, porque as pessoas lá não têm interesse em estudar e a gente sempre se interessou.... a gente sempre andou com o livro debaixo do braço, aquela coisa de deixar de ir para a farra no fim de semana para estudar...as meninas que tinham a mesma idade que eu só queriam namorar, de hoje tá com um, amanhã tá com outro... Então se eu fosse procurar um papo sobre um livro, ou estudo, não existia o diálogo.”Márcia, 32 anos, arquiteta

A escolha da profissão parece não estar associada apenas às demandas do mercado de trabalho e, conseqüentemente, das ofertas de trabalhos e melhores salários. A maioria dos entrevistados alegam que escolheram suas profissões com base em critérios vocacionais e/ou acidentais. O projeto, portanto, se efetiva dentro desses campos de possibilidades. Eles reconhecem a importância da escolarização e do curso universitário como trampolim para a ascensão.

“Essa escolha foi acidental, porque por incrível que pareça, apesar de ter feito o curso clássico, eu me preparava em casa para fazer medicina, como eu estava mais preparado para fazer direito eu fiz e fui aprovado.” Antônio, 60 anos, advogado

"Eu não sei, acho que foi o tcham. Na realidade, talvez porque fosse a profissão mais ligada a área de humano, interpessoal, aquela coisa do servir, eu via na profissão de medicina uma maneira de ajudar aquelas pessoas que tinham dificuldades...". Carmem, 52 anos, médica.

"Inicialmente eu queria fazer engenharia química e economia foi quase que um achado... Eu queria trabalhar no pólo (Pólo Petroquímico de Camaçari) ... Depois eu fiz economia porque eu tinha interesse na área social..." Roberto, 33 anos, economista

Sobre o percurso profissional:

"Quando eu comecei a advogar, eu fiquei aqui durante algum tempo porque eu já era funcionário do fórum, formei muito novo para a ocasião, eram cinco anos seguidos e eu me formei com 22 anos de idade, mas já era funcionário do fórum, de modo que eu já tinha alguma experiência, aí eu pedi demissão e fui advogar, inicialmente, isso logo depois da Revolução de 64, eu fui indicado para assumir o sindicato da Petrobrás... eu era funcionário público e pedi demissão para exercer exclusivamente a profissão de advogado... Depois de algum tempo eu fiz novamente o concurso" Antônio, 60 anos, advogado.

"Com vinte e um anos, eu fiz concurso público, eu entrei como nível médio, depois eu pedi demissão, quando eu terminei a faculdade eu fiz dois anos de residência em São Paulo. Quando eu voltei eu fiz concurso e passei." Carmem, 52 anos, médica

"Eu sou economista, auditor fiscal da prefeitura e professor universitário." Roberto, 33 anos

Exercer diversas atividades ao mesmo tempo garante um padrão de vida elevado para os entrevistados. A estratégia comum tem sido associar o emprego público ao emprego privado. Tudo isso demonstra o empenho e esforço dos entrevistados para ascenderem em apenas uma geração.

3.4 - Diferentes formas de ser negro e tipos ideais

Como toda identidade, a identidade negra tem uma dimensão social e outra simbólica. Embora não haja uma perspectiva coletiva, contestatória e/ou política, os entrevistados não negam sua ascendência e afiliação ao grupo negro, ao contrário, como vimos, a maioria deles afirma o seu pertencimento e se auto-denomina negro. Alguns aspectos da cultura negra, aqueles mais presentes na mídia e no cotidiano da vida de Salvador (música, dança, etc.), são compartilhados (vivenciados) pelos entrevistados. Contudo, não se pode afirmar o mesmo sobre a participação nas atividades religiosas (tidas como principais expoentes da cultura negra), ainda que alguns dos entrevistados afirmem recorrer aos tratamentos terapêuticos do candomblé quando necessário:

" (...) como a maioria dos brasileiros, eu me digo católica e quando tenho necessidade de fazer algum trabalho ligado ao candomblé eu faço, porque têm pessoas da minha família ligada ao candomblé... " Márcia, 33 anos, psicóloga

Outros admitem nutrir somente respeito e ainda há aqueles que desconhecem as religiões afro-brasileiras. Devido à complexidade e à variedade de respostas fomos levados a pensar na negritude como um categoria plural e sugerimos a existência de diferentes formas de ser negro e de assumir a negritude. Para descrever esta variedade, recorreremos a um recurso metodológico comum nas Ciências Sociais, a criação de tipos ideais, e

agrupamos os entrevistados em quatro categorias de acordo com a importância atribuída à cor ou à raça em seus discursos³⁵.

Os primeiros, os quais denominamos de “radicais”, são aqueles que priorizam a raça em seu discurso e interpretam as suas experiências de vida e a realidade em função da desigualdade e do preconceito racial. Constantemente, estes indivíduos fazem um paralelo entre as relações raciais brasileiras e norte-americanas, inclinando-se favoravelmente pelo modelo de relações raciais estadunidense. Encontramos, também, algo de revolucionário no discurso desses indivíduos, pois, freqüentemente, eles enfatizam a necessidade de se realizarem mudanças na sociedade, principalmente no que se refere à qualidade de vida e ao acesso igualitário a níveis de escolaridade mais elevados, como um modo de minimizar os efeitos perversos da discriminação racial.

“Eu acho que a gente precisa ser radical. O problema do movimento negro aqui é que ele nunca foi radical ... pelas próprias características do racismo aqui e isso levou o movimento negro a nunca ter uma postura tão radical como o movimento negro norte americano e em outros lugares onde o negro é minoria. Eu acho que o fato de aqui sermos maioria joga contra a gente, porque fica parecendo que a gente está sempre em festa. Eu acho que você ter uma arma apontada para as suas costas e não saber quem é o inimigo e a sapiência do português de dar uns tapinhas nas costas e dividir a comunidade, se você tem a pele mais clara, você vira moreno, mulato e outras gradações....isso tem dificultado o avanço da conscientização da comunidade negra.” Roberto, 33 anos, economista

“Eu acho que precisamos ser mais incisivos, não só aqueles que fazem o cultural, mas a instância política, porque o cultural está muito na coisa da aparência, tudo é festa, porque eu sou negão, eu sou bonito. Eu acho que precisa transformar esse cultural numa arma política, quando nós conseguirmos ter isso, esse casamento entre cultural e político, o movimento negro vai avançar e a comunidade negra também vai avançar.” Edson, 44 anos engenheiro.

Alguns dos entrevistados pertencentes a este grupo mostram-se favoráveis à criação de empreendimentos negros, ou pelo menos de um tipo de atividade que priorize a mão de obra de trabalhadores negros, tal como vimos no trabalho de Frazier (1962). Além disso, eles acreditam que deveria existir uma pressão nas empresas para a contratação de funcionários negros. Ainda que reconheçam a importância dos esforços pessoais empreendidos no projeto de ascensão, freqüentemente os entrevistados criticam as estruturas sociais e a política governamental por não oferecerem maiores oportunidades para os negros.

Os segundos são os “alternativos”, aqueles que reconhecem o preconceito e a desigualdade racial na sociedade, mas que se relacionam de uma maneira individual com o problema. A cor ou a raça são vistas como critérios importantes na obtenção de privilégios e vantagens, mas eles acreditam que, com grande esforço e investimento pessoal, esta desvantagem tende a ser minimizada. A ênfase é dada ao indivíduo, que deve se esforçar para superar as barreiras impostas pelo preconceito de cor. Os entrevistados afirmam as suas características fenotípicas e sua ascendência negra, mas o fazem de modo individual, menos contestatório e político.

É importante observar que os entrevistados, subdivididos em grupos, reconhecem os discursos produzidos pelos outros grupos e muitas vezes chegam a se referir a eles criando categorias opostas como 'radicais' x 'alienados' ou 'mal resolvidos'; isto é, os 'radicais' acham que os outros são alienados e vice-versa. É relevante que nenhum grupo se identifica ou se intitula como radical ou alienado.

Uma entrevistada utiliza o termo "racismo ao contrário", ao se referir à importância atribuída à cor por alguns negros:

"Eu tenho críticas, eu acho que às vezes eles se derrubam pela radicalização, eles são muito radicais e de repente o que é que eu vejo? eu vejo o racismo ao contrário." Carmem, 52 anos, médica.

O terceiro grupo, "os assertivos", é formado por aqueles que enfatizam a cidadania; ser brasileiro é mais importante do que qualquer outro critério de pertencimento à sociedade. Eles percebem que há racismo na sociedade brasileira, mas acreditam que as manifestações de preconceito e de discriminação sempre ocorrerão com os outros e nunca com eles(as).

"As meninas aqui em casa sempre foram educadas e informadas de que elas são pessoas, independente de cor e situação sócio econômica, elas são cidadãs, e eu sempre mostrei que elas tinham direitos, deveres, evidentemente, mas que deveriam lutar para que fossem respeitadas como cidadãs..Eu acho que o negro está tendo mais consciência dele como cidadão. Eles estão tendo consciência dos espaços que eles têm direito a ocupar, porque antigamente o negro era doméstico, baixava a cabeça... eles sabem que têm o direito de entrar no banco e exigir do gerente os direitos que ele tem como correntista daquele banco, ele sabe que tem direito a frequentar qualquer lugar,

ele sabe porque está sendo educado, está tendo consciência de que ele é um cidadão com todos os direitos.” Carmem, 52 anos, médica

Existem finalmente os “democráticos”, aqueles em que a cor está completamente ausente do discurso e que, quando indagados sobre o assunto, afirmam em primeira instância que o que importa são as pessoas e não a cor. Um dos entrevistados citou o exemplo de dois advogados negros reconhecidos tanto pelos profissionais da área como pela sociedade mais abrangente.

“(...) eles são o exemplo de quanto eles se dedicaram, de quanto estudaram para atingir esse grau de respeitabilidade de toda a sociedade...eles evoluíram tanto que hoje preto ou branco para eles é indiferente, eles não têm o menor complexo e isso eles têm demonstrado no exercício da profissão...Antonio, 60 anos, advogado.

O primeiro e o último grupo representam uma pequena parcela do discurso dos entrevistados (cerca de 20%); já o segundo engloba a maioria dos entrevistados (50%), seguido pelo terceiro grupo (30%). Todos os entrevistados pertencentes às duas primeiras categorias citaram exemplos de discriminação racial, alguns foram vítimas do racismo e outros citaram exemplos de parentes, amigos ou pessoas próximas que sofreram discriminação racial.

Fator importante a ser observado é que, independente dos discursos e das diferenças no interior dos grupo estabelecidos, nenhum dos entrevistados gostaria que em Salvador existisse um bairro específico para negros, ou almejaria morar num bairro assim constituído, mesmo que alguns admitam que já existem bairros só de negros, citando como exemplo as invasões ou favelas.

Características dos entrevistados³⁶

sexo	Idade	Estado Civil	Profissão	Cor	Emprego Público/ privado	Escolaridade dos pais	Renda R\$	Bairro	Religião
M	30	Solteiro	Advogado	Negro	Privado	Secundário		Federação	
F	32	Solteira	Psicóloga	Negra	Privado	Secundário e Superior		Barbalho	C/n/p
M	_____	Casado	Auditor fiscal e Adm.	Negro	Público e privado	Primário	12.000	Itapuã	
M	37	Casado	Engenheiro	Negro	Privado	Primário	não declarou	Itapuã	Espiritista
M	60	Casado	Advogado	Mulato	Público	Primário e secundário	11.000	Jardim Apipema	Católico
M	33	Solteiro	Economista	Negro	Público e privado	Primário	3.700	Costa azul	Não tem
F	52	Viúva	Médica	Negra	Público e privado	Primário	não declarou	Rio Vermelho	Não tem
M	37	Solteiro	Psicólogo	Negro	Público	Primário e secundário	2.000	Costa Azul	Não tem
F	26	Solteira	Arquiteta	Negra	Público e privado	Primeiro grau e universitário	1.400	Uruguai	C/n/p
F	31	Solteira	Arquiteta	Negra	Público e privado	Primário	1.300	Nordeste	C/n/p
M	44	Casado	Enfermeiro	Escuro preto	Privado	Analfabetos	1.500	Boca do Rio	

sexo	Idade	estado civil	Profis São	Cor	Emprego Público/ privado	Escolari Dade dos pais	Renda R\$	Bairro	Religi ão
F	44	Solteira	Enfer Meira	Negra	Público	Primário	2.500	Pituba	Não tem
M	27	Solteiro	Músico	Negro	Privado	Primário	1.500	Pituba	
M	35	Solteiro	Profes Sor	Negro	Público e privado	Primário	1.500	Rio Vermelho	C/n/p
F	33	Solteira	Médica	Negra	Público e privado	Secun Dário	1.400	Pituba	C/n/p
M	37	Casado	Arquite To	Mulato	Privado	Primário	2.000	Pituba	Não tem
M	40	Casado	Profes Sor	Preto	Público e privado	Primário e secundário	1.700	Itapuã	C/n/p
M	41	Casado	Dentista	Mulato	Privado	Primário	1.800	Amaralina	Católico
F	37	Solteira	Psicolog a	Negra	Privado	Primário	1.400	Imbui	Católica
F	39	Divor Ciada	Advoga da	Negra	Público e privado	Secun-dário	2.200	Itapuã	C/n/p
M	44	Casado	Engen Heiro	Preto	Público e privado	Primário	1.500	Barra	C/n/p
F	35	Solteira	Assisten te social	Negra	Público e privado	Primário	1.500	Fede-ração	Não tem
M	48	Casado	Dentista	Negro	Privado	Primário e secundário	Não declarou	Apipe-ma	c/n/p
F	38	Solteira	Assisten te social	Negra	Público e privado	Primário	1.350	Graça	C/n/p
M	43	Casado	Econo Mista	Negra	Privado	Não estudaram	1.200	Federa-ção	Não Tem

CAPÍTULO QUATRO - NEGRITUDE E EMBRANQUECIMENTO

Temos enfatizado ao longo de todo o texto a importância de adotar uma perspectiva comparativa entre os negros em ascensão com os demais grupos que ocupam a mesma posição de classe; caso contrário, incorreremos no erro de compará-los apenas com os negros que estão na base da hierarquia social. Assim sendo, constataremos diferenças marcantes em termos de estilo de vida e visão de mundo entre dois grupos que estão situados em posições econômicas distintas e negligenciaremos a influência e a determinação da classe social em prol de uma importância exclusiva atribuída à cor. Além disso, são escassos os trabalhos sobre a classe média na literatura sócio-antropológica brasileira, o que nos dificulta estabelecer parâmetros comparativos e aprofundar aspectos relevantes para o melhor entendimento dos grupos ascendentes neste país.

Nesse sentido, nos parece determinante assinalar que os estudos sobre a identidade negra têm incidido quase que exclusivamente sobre os negros que estão situados na base da hierarquia sócio-econômica. Disso resulta que a manifestação de aspectos identificados como pertencentes à cultura negra fica circunscrita a espaços que podem ser pouco frequentados pelos negros de classe média; isso pode ocorrer menos pela rejeição e mais pela distância social entre aqueles que estão situados em posições econômicas distintas.

A ascensão social dos negros tem sido abordada de forma maniqueísta, enfatizando-se sempre a problemática do “embranquecimento”, ou o “drama psicológico” a que estão submetidos os negros que ascendem, sugerindo sempre uma contradição entre ser negro e ocupar melhores posições na estratificação social. Neste capítulo, pretendemos retomar o conceito de embranquecimento no contexto contemporâneo. Buscamos,

sobretudo, atentar para os valores sociais emergentes, para a importância de rever os instrumentos de análise sobre a ascensão social dos negros e a para a necessidade de examinar a aparente oposição entre os termos ascensão e identidade negra.

4.1- Perspectivas teóricas sobre o embranquecimento

Dentre as interpretações oferecidas acerca da ascensão social dos negros, destacamos um período inicial, marcado pelos trabalhos de Pierson (1971), Azevedo (1955), Fernandes (1972) e Bastide (1971). Ainda que haja discordância no que tange ao entendimento das relações raciais brasileiras, notadamente no que se refere ao preconceito racial e a consequência disso no processo de ascensão, esses autores interpretaram a ascensão social dos negros lançando mão da noção de embranquecimento.

"(...) Podemos dizer que a ascensão do homem de cor, nas duas Américas, faz-se pela incorporação ou pela interiorização, nele, dos modelos brancos...o que define esta classe média não é tanto o dinheiro, mas a aceitação dos valores da classe branca, o puritanismo nos costumes, o desejo de consideração, as boas maneiras, a preocupação com a educação, a instrução dada às crianças. Enfim, podemos dizer que este processo de 'branqueamento' do negro se faz, no domínio familiar, pela passagem da família maternal à família paternal; no domínio religioso, pela passagem das igrejas de reestruturação a igrejas fundamentalistas; no domínio, enfim, do casamento, a passagem do casamento costumeiro ao casamento civil e religioso, da deserção conjugal ao divórcio legal, e essa passagem se simboliza na escolha do cônjuge (homem escuro mais instruído, tomando uma mulher mais clara para ter filhos de cor mais próxima da

dos brancos ao qual ele quer integrar-se)...Na América Latina, o processo de integração do negro na sociedade nacional faz-se também pela aceitação do modelo dos brancos; o negro deve tornar-se, para ser aceito, 'um homem de alma branca.' (Bastide, 1974; 184)

Em Bastide, o branqueamento é a interiorização dos modelos brancos (definidos por oposição aos modelos africanos) e a perda dos valores culturais africanos. A integração do negro na sociedade brasileira se faz à custa de sua assimilação aos códigos e valores da cultura dominante, que “(...) não caminham forçosamente juntas, nem se desenrolam sempre na mesma temporalidade, mas permanecem sempre mais ou menos unidas uma à outra” (Bastide, 1971: 525).

Dialogando com a teoria do homem marginal, o homem dividido entre dois mundos, Bastide propõe a noção do “princípio de corte” para entender a experiência dos afro-brasileiros, pois, segundo o autor, aqui a assimilação do descendente de africano aos valores da sociedade ocidental foi a mais completa, muito embora a aculturação ou as mudanças de “mentalidade” tenha ocorrido apenas em alguns domínios, por exemplo, o político e o econômico, mas não no religioso. No campo religioso, a reinterpretação se fazia sempre através dos valores das normas e dos ideais africanos³⁷.

Assim, o “princípio de corte” é uma característica dos fenômenos aculturativos que ocorre no encontro entre civilizações distintas; no Brasil, ele constitui uma reação automática, um ato de defesa, “(...) razão porque ele age sobretudo nas famílias tradicionalmente ligadas ao candomblé, nas classes baixas da sociedade... e nas comunidades onde o preconceito de cor são mínimos.” (ib, 531).

Contudo, se o princípio de corte é uma reação instintiva dos negros de classe baixa, principalmente aqueles ligados ao universo religioso “africano”, para vivenciar dois mundos com valores distintos, o mesmo não ocorre com os negros que ascendem.

“A imagem que Stonequist nos deu do homem marginal, dividido entre duas culturas que se batem dentro dele, talvez valha para o intelectual de cor; seguramente não vale para o homem do povo. Este vive sem problema, em muitos mundos que não se defrontam, pois não ocupam os mesmos setores da vida, técnico, econômico, político, religioso, social...” (Bastide, 1974: 179).

Segundo Fernandes (1972), os negros e mulatos que ascendem socialmente pagam um alto preço exigido pela sociedade, pois são levados a manterem uma forma de autoafirmação que significa a negação de si mesmo. Assim, o autor põe em dúvida o próprio equilíbrio psíquico destes indivíduos, lembrando que no cume do processo de ascensão estes negros acabam por se tornarem brancos, pois o reconhecimento do seu valor, tanto para os sujeitos em questão quanto para os outros, só se efetivará a este custo. Portanto, o autor considera que só é possível entrar no “mundo dos brancos” passando por um “(...) processo de abasileiramento que é inapelavelmente, um processo sistemático de embranquecimento”(Fernandes, 1972;16).

Como vimos, os estudos de Fernandes e Bastide problematizam a ascensão social dos negros no que se refere à construção ou à negação de uma “identidade negra”, entendida como oposta ao “embranquecimento”. Já Pierson e Azevedo referem-se ao embranquecimento (biológico ou social) como uma estratégia consciente adotada pelos negros para diminuir as desvantagens atribuídas à cor.

Para Hasenbalg (1979), tanto o ideal do “branqueamento” como o mito da “democracia racial” brasileira são o produto cultural das elites dominantes e, embora o “branqueamento” tenha deixado de ser respeitado como objetivo nacional, continuou condicionando o comportamento dos não-brancos através dos esforços de se branquearem social e biologicamente.

“O branqueamento social corresponde à noção popular de que “o dinheiro branqueia”. Essencialmente, ele ativa o mecanismo de compensação parcial de status através do qual as pessoas de cor bem sucedidas em termos educacionais e econômicos são percebidas e tratadas como mais claras do que pessoas de aparência semelhante mas de status inferior. Uma consequência importante do branqueamento social é que a adoção pelos não brancos socialmente ascendentes das normas e valores do estrato branco dentro do qual a aceitação social é procurada, implica normalmente a transformação do grupo negro de origem em um grupo de referência negativa. Assim, o branqueamento social não só promove a divisão interna entre os não-brancos, como também encontra-se à base das manifestações de preconceito de mulatos ascendentes contra negros.” (Hasenbalg, 1979: 240)

Em relação a esse sentido atribuído ao embranquecimento, é oportuno lançarmos mão da fala de uma entrevistada sobre o comportamento social identificado como comportamento de branco:

“(...) o que minha mãe primava mesmo era por uma educação perfeita. Tanto que ela trabalhou nas casas de família e ela passava essas coisas para a gente: como se comportar numa mesa, como pegar os talheres... Isso mesmo, ela

queria que nós nos comportássemos como os brancos, digamos assim. O negro já é tão discriminado, por que você vai fazer coisa feia..." Márcia, 33 anos, arquiteta.

Um outro entrevistado indaga sobre os padrões estéticos que são atribuídos aos brancos:

" (...) eu acho mais interessante o negro aparecer barbeado, cabelo aparado. Ai dizem assim, mas isso é uma condição de branco, e daí, é uma condição de branco que o negro está se apresentando... Eu acho que é muito mais interessante a gente penetrar onde existem dificuldades e da melhor forma possível, barbeado, cabelo aparado, bem vestido..." Raimundo, 37 anos, engenheiro

Dzidzienyo (1995) observa a preocupação que a sociedade brasileira tem com a brancura e os reflexos desta na construção de estereótipos negativos sobre os negros. A expressão que o "dinheiro embranquece", significa que uma vez que o indivíduo de cor escura consegue dinheiro ele pode literalmente passar da categoria negro para branco, pois, no Brasil, junto com o dinheiro vêm todos os benefícios sociais que são comumente associados ao branco.

Não temos constatado em nossa pesquisa uma relação tão estreita entre ascensão e benefícios sociais atribuídos aos brancos. Os entrevistados citaram exemplos de discriminação racial, principalmente, com relação ao tratamento a eles dispensados quando freqüentavam lugares (lojas e restaurantes) associados à pessoas de poder aquisitivo elevado; alguns exemplos referem-se ao exercício da profissão, descrevendo o modo desconfiado com que eram observados. Um auditor fiscal relatou que, durante as visitas

que fazia às empresas, às vezes era necessário se identificar inúmeras vezes, para que as pessoas de fato acreditassem em sua função. Uma arquiteta descreve a desconfiança com que era observada quando se dirigia a lojas especializadas em objetos de arte e de decoração, e sua colega de trabalho foi confundida com a representante dos moradores de um bairro pobre (por ser negra), numa reunião em que seria apresentado o projeto de urbanização por ela idealizado. Todos estes exemplos demonstram que os negros de classe média ainda não desfrutam com tranquilidade do reconhecimento de sua posição econômica/social. Conforme os dados Datafolha (1996), são os negros de nível escolar mais alto que mais falam de preconceito e da discriminação racial no Brasil, o que demonstra uma maior sensibilidade frente à cidadania.

Souza (1983) revela o drama psicológico dos negros que ascendem numa sociedade multirracial e racista, e que, ao mesmo tempo, veicula a ideologia da democracia racial. O drama consiste no fato desses negros manterem uma profunda admiração pelos brancos, tentando inclusive imitá-los, ao passo que nutrem um sentimento de inferioridade com relação a si mesmos.

A noção de embranquecimento utilizada por esses autores associa embranquecer à adoção de valores da sociedade dominante, ou valores da “cultura branca”, como por exemplo, o modo de se vestir e de se comportar³⁸. Sendo assim, os negros que ascendiam ou “entravam no mundo dos brancos” eram aqueles que possuíam um bom nível escolar e, provavelmente, compartilhavam de certos valores identificados como pertencentes a “cultura branca”. Estes indivíduos eram identificados como “negros de alma branca”, ou “negros embranquecidos”, por não vivenciarem nas práticas quotidianas os aspectos da “cultura negra”.

Aqui, cabe indagar sobre o contexto histórico em que tais trabalhos foram realizados. Os trabalhos de Pierson e Azevedo certamente se referem a uma Bahia pouco urbanizada e industrializada, onde provavelmente a ascensão era mais difícil para todos os grupos sociais emergentes e, talvez, a cultura negra a que eles se reportam fosse exclusivamente adotada pelos negros de classe baixa, maioria da população negra. Além disso, o acesso à escolarização certamente era muito mais difícil, o que impossibilitava maior contato entre os universos negro e branco. Na ordem tradicional, como sugere Fernandes (1978), "ser gente" era sinônimo de "ser branco". Tratava-se, portanto, de oposições fundamentais na própria estrutura social, o que impossibilitava uma maior compatibilidade entre os termos identidade e ascensão.

Uma série de mudanças ocorreram na sociedade brasileira; a industrialização, associada à democratização e à massificação do ensino público contribuíram para a mudança do contexto social. Talvez por tais fatores hoje um número maior de negros ascendem ou vislumbram ascender socialmente, o que lhes permite um contato mais próximo com a cultura dominante ou com o universo sócio-cultural identificado como branco. Mais uma vez, indagamos sobre a distinção cultural que norteia estes valores, ou seja, quais são os aspectos da cultura negra ou da cultura branca neles embutidos.

A cultura negra é quase sempre identificada pela religião, pela culinária, pela música e pela dança, enquanto a cultura branca é associada aos aspectos mais gerais, como a educação formal, a informação, a política, a tecnologia, enfim, a quase todos os aspectos da vida social. Nesse sentido, parece impossível não vivenciar cotidianamente os aspectos da "cultura branca"; ou melhor, embranquecer é, aparentemente, inevitável.

Segundo Sansone (1995), a cultura negra é uma subcultura específica das populações de origem africano-americana, que destaca a cor ou a descendência de cor como critérios importantes; força específica da cultura dos negros é um sentimento de um passado comum, na condição de escravos ou de desprivilegiados. A África é usada como um banco de símbolos sacados de forma criativa. A cultura negra é por definição sincrética. Também é específico da cultura negra, em certa medida, o alto grau de interdependência em relação à cultura urbana ocidental. Por causa disso, a cultura negra não goza do mesmo tipo de reconhecimento oficial conferido a outras minoria culturais etnicamente estabelecidas.

Arriscaríamos afirmar que quase todos nós nascemos embranquecidos, visto que há uma predominância dos aspectos da cultura branca - se é que assim podemos denominá-la - em nossa sociedade, e só enegrecem ou se tornam negros ao longo dos anos os que optam por incluir em suas vidas os aspectos identificados com a "cultura negra" e se tornam curiosos em conhecer o seu passado e a sua história.

Muitos trabalhos que versam sobre esta questão têm considerado o embranquecimento como um dado imutável ou inevitável no processo de ascensão; pouco tem sido dito e pesquisado sobre o seu significado atual nas experiências cotidianas. Além disso, há uma tendência a enfatizar o fundamento étnico das expectativas e dos estilos de vida entre os negros, não sendo enfocadas a influência e a determinação da classe. Neste contexto, as estratégias e os estilos de vida adotados pelos negros de classe média são vistos como produto do embranquecimento, mais do que um fenômeno típico de grupos em ascensão.

Argumentamos que, ao contrário da contradição pretensamente inerente entre a ascensão social a partir da escolarização e a assunção da identidade negra, pode estar ocorrendo um processo inverso, pois a escolarização e o conhecimento sobre a história da escravidão no Brasil, bem como a situação sócio-econômica atual, possibilitam maior reflexão e conseqüentemente uma valorização étnico-racial .

“(...) depois que eu entrei na faculdade e me tornei profissional de nível superior, é que eu fui realmente (...) tomar consciência da minha etnia no mundo. Até determinado momento você pensa que o mundo te vê como você vê o mundo. A partir de determinado momento você vai perceber o quanto a sociedade classifica, estereotipa e discrimina. Então, foi quando eu fui para a universidade em 70 que eu fui perceber que realmente todos os arranjos sociais e como as coisas se dão, foi quando praticamente eu despertei para essa questão da etnia (...), o discurso da discriminação, das relações de poder e por ai vai.” Cristina, 44 anos, enfermeira

Neste caso, os efeitos da escolarização parecem não confirmar o embranquecimento. Inversamente, é só a partir do conhecimento de sua própria história de vida que a entrevistada passa a contestar os valores sociais presentes em seu universo. A identidade negra surge como uma contestação, uma forma crítica de ver o mundo para nele melhor se situar.

Indagada sobre o significado da expressão embranquecimento e termos correlatos, ela responde:

“(...) O embranquecimento na verdade é toda uma negação do desejo, é a negação de uma etnia que não seja branca, que passa pela questão da cultura e

das coisas do cotidiano. Eu vejo que a primeira questão é negar a ancestralidade, para mim é o desejo profundo de ruptura, é o desejo de não pertencer ou nunca ter pertencido.” (id)

Relatando uma experiência recente, a entrevistada oferece dados interessantes para entender o sentido ideológico e, talvez, perverso do embranquecimento:

“Um dia desses eu fui fazer uma conferência em São Paulo (...) Então, depois que eu falei, um individuo veio falar comigo, inclusive um professor, falou assim, olha, eu vou lhe dizer uma coisa, eu não vi você negra, eu vi branca. Então eu falei, você não entendeu nada do que eu disse. (...) Para mim é uma puta negação, como é que uma pessoa olha para mim e não me vê negra? Ele estava se negando a reconhecer uma negra com os meus conhecimentos (...).” (id)

Aqui, o embranquecimento ganha nova roupagem, pois se desloca de posição. Queremos dizer que já não se configura como um mecanismo através do qual os negros buscam legitimar-se, mas passa a ser um instrumento manejado pelo Outro na tentativa de obscurecer o negro, “colocá-lo no seu lugar”, de tentar negar a sua capacidade intelectual, diante, é claro, da dificuldade de reconhecê-lo como um par. Afinal, reconhecimento traduz-se em legitimação.

4.2- Negritude: um breve histórico

Embora tenha sido introduzido no léxico brasileiro em períodos recentes, provavelmente na década de 70, a partir das ações dos movimentos negros, o termo negritude goza de relativa popularidade em círculos sociais determinados. De acordo com o Bastide (1974), a negritude é um fenômeno moderno, tendo passado por vários

momentos, desde B. J. Washigton, que solicita a seus compatriotas que aceitem a situação de subordinação como uma estratégia para desarmar o branco e chegar a um estado de paz inter-racial do qual o negro podia se beneficiar sócio-economicamente, até a forma com que é empregada pelos negros brasileiros.

Já Du Bois pregava uma estratégia mais agressiva, de luta para a obtenção da legalidade completa e do reconhecimento dos negros americanos. Com Garvey,

"(...) temos a primeira tentativa verdadeira da 'negritude'. Garvey sonhava com uma grande comunidade unindo os negros da América aos negros da África e, ao mesmo tempo com uma autonomia econômica desta nova comunidade, pela criação de uma marinha mercante..." (Bastide, 1974:198)

Bastide (1976) assinala a diferença entre a negritude antilhana (centrífuga) e a negritude brasileira (centrípeta). Na primeira haveria a busca de um retorno às origens africanas, enquanto o movimento da negritude brasileira tenderia a enfatizar uma maior integração do negro à sociedade, principalmente, no que se refere a ascensão social³⁹. Só a partir de Guerreiros Ramos é que o termo "negritude" é empregado num sentido que valoriza a cor da pele e a cultura africana. Se "(...) só podemos falar de 'negritude' no sentido de orgulho da cor, estamos no contrário do que será a negritude, por exemplo, em Césaire, isto é, como expressão da vontade de pertencer a África" (Bastide, 1974: 199).

Bastide observa que a negritude das classe baixas é vivenciada e não pensada, ainda que reconheça a existência de uma negritude racionalizada ou compensatória nas classes médias. Isso pode ocorrer tanto pela necessidade de se defender das imposições dos brancos e das novas formas de racismo como pelo medo de perder a sua posição de classe ainda instável.

Para Munanga (1988), o conceito de negritude surgiu como o resultado de um movimento específico de intelectuais negros dos países do Novo Mundo, que necessitavam retomar a cultura negra que fora por eles rejeitada. Conforme o autor, existem pelo menos três acepções do termo negritude. Uma, de caráter biológico e racial, na qual a negritude está associada a tudo que tangere à raça negra, entendida enquanto sentimento de um passado comum; outra, de caráter psicológico, que relaciona a negritude ao comportamento, aos traços psicológicos e à personalidade; e uma terceira definição segundo a qual se valoriza a cultura. Para Bernd (1988), a negritude é a tomada de consciência de uma situação de dominação e discriminação e a consequente reação pela busca de identidade negra. Todas essas interpretações e usos da negritude refletem a luta ideológica que se dá em torno do termo.

Dois aspectos são relevantes para a análise: a) a negritude como um processo consciente e racionalizado - quer seja pelos intelectuais que desejam retomar o que foi rejeitado ou pelos negros de classe média, como um mecanismo de defesa e manutenção de sua posição social; b) a negritude como orgulho da cor e da cultura africana.

4.3- Identidade étnica

O conceito de embranquecimento, assim como o de identidade negra, são operacionais para esta análise, pois é a partir da contraposição entre os termos que pretendemos situar a emergência de novas formas de identidade entre os negros de classe média.

Nas interpretações mais modernas, a identidade étnica ou etnicidade é definida como um sentido de pertencimento, um passado comum e o compartilhamento de elementos culturais e sociais de natureza simbólica. A identidade é relacional e contrastiva,

pois é através do contato inter-étnico que emergem as diferenças e o reconhecimento do “nós” em oposição aos “outros”. Nesse caso, o “outro” é apreendido como um não-grupo, e os sinais diacríticos funcionam como demarcadores de diferenças (Cunha, 1989).

“A identidade étnica seria, portanto, entendida como um processo psicossocial, nem dado nem inato, e sim construído, envolvendo alguma dose de escolha, que deve ser analisada face às coerções sociais”.(Epstain, apud Pacheco, 1986: 20).

Vale ressaltar que já foi observado em outros contextos uma diferença substantiva entre os conceitos de raça e etnia. Banton (1979), por exemplo, ressalta que, se a noção de minoria étnica guarda um sentido positivo, definido pelos próprios membros do grupo, o conceito de minoria racial é definida por fora, pelo grupo dominante e nesse sentido implica numa identidade negativa. A distinção entre raça e etnia, seria portanto, o resgate positivo que se obtém a partir da visão do próprio grupo.

Uma das interpretações mais recentes sobre a etnicidade ou identidade negra em Salvador é oferecida por Agier:

“Há uma rejeição da identidade negra enquanto ‘raça’ isto é: enquanto elemento racista da ideologia de dominação. Noção e significado que a análise precisa distinguir da etnicidade, no sentido de um estoque de códigos e práticas, objetivamente constitutivos de uma cultura negra na sociedade, e parcialmente aprendidos na socialização de trabalhadores negros, que podem se reconhecer nas práticas culturais negras (religiosas, artísticas, festivas, etc), e podem ser envolvidos em formas de sociabilidade local negra, sem produzir nenhum discurso ‘negro’” (Agier, 1992: 21).

Agier identifica dois discursos negros, um culturalista e o outro político. As diferenças são construídas de acordo com a presença do que denominou de socialização no meio negro.

"(...) a socialização étnica no meio negro terá um peso maior quando o sujeito foi criado num meio negro e numa família cuja mãe é mãe-de-santo e cujo pai sempre liderou pequenos grupos de samba, do que quando essa socialização se resume a uma convivência tardia com a militância negra estudantil, não obstante a experiência de uma posição inferior na hierarquia sócio-racial, que ambos tiveram ..."(Agier, 1992: 18).

Para Agier, portanto, a identidade negra é construída a partir da utilização de códigos e símbolos provenientes da sociabilidade negra, quase sempre associada a práticas sociais da cultura popular, a exemplo das manifestações artísticas e festivas. Se a identidade negra só se expressa dessa maneira, ser negro ou assumir a negritude está circunscrito a espaços específicos e, por que não dizer, ser negro é também estar na base da estratificação social - ou seja, parafraseando Guerreiro Ramos, o negro é como um lugar⁴⁰ sócio-culturalmente determinado. Interpretando a identidade desta forma, entendemos finalmente a acusação constante de que os negros que ascendem embranquecem, ou que a sua visão de mundo é menos legítima do que a dos indivíduos que foram criados tendo contato, por exemplo, com as rodas de samba.

Mas, se problematizarmos tanto a noção de cultura como a de identidade negra por serem estáticas e essencialistas, já que partem do pressuposto que há lugares específicos em que estes fenômenos se manifestam, e adotarmos um conceito de cultura

mais amplo ⁴¹, veremos que o comportamento dos negros que ascendem socialmente não se reduz ao embranquecimento.

Há na fala dos entrevistados um discurso positivo sobre a “raça negra”, a afirmação de um passado em comum e o sentido de pertencimento à população negra, enfim, um “discurso negro” tardio a que se refere Agier, que não está vinculado apenas à “sociabilidade no meio negro”. Além disso, tanto a trajetória como a fala dos entrevistados mostram que, muito além de algum projeto de embranquecimento, é no processo ascensional que eles redescobrem e que tentam incorporar símbolos e costumes tidos como negros no próprio estilo de vida.

Contudo, se a dimensão discursiva não é relevante para compreender tanto a identidade étnica como a identidade negra, noções que necessitam de códigos e formas de sociabilidade específicas para se expressarem, além da dimensão política presente na de etnicidade, propomos o uso do conceito de negritude para interpretar as experiências de mobilidade dos negros. A negritude é entendida como um discurso afirmativo que ressalta e se orgulha da cor ou da “raça”, numa fala positiva sobre o ser negro; é, enfim, um “discurso negro” individual, que pode ser vivenciado sem que se participe de uma comunidade negra.

Aqui, introduziremos, mais uma vez, trechos das entrevistas. São depoimentos permeados pelo conhecimento e reflexão sobre conceitos que lançamos mão para interpretar sua própria história. Nesse universo de pesquisa, portanto, há o entrecruzamento entre as categorias nativas e analíticas, que exige do pesquisador maior esforço analítico.

"(...) No meu entendimento, o mundo negro fora das comunidades africanas não existe, para mim isso não passa de um discurso vazio. Quando eu me refiro ao mundo negro, ou quando alguém utiliza a expressão mundo negro, eu estou entendendo que é aquele mundo cujo cotidiano é permeado por elementos da cultura negra, para mim é isso, fora disso é um discurso inconsistente, tá? (...) O que acontece com o elemento negro, é minha leitura, ele se perdeu, ele não encontrou o espaço na vida, na sociedade, ele não assegurou, de um modo geral, os elementos de sua própria cultura." Cristina, 44 anos, enfermeira

Para a entrevistada, a identidade negra é construída e reafirmada a partir da cultura, assim como para os autores que mencionamos acima. Entretanto, esta entrevistada não apenas se define como negra, como também tem um fala afirmativa sobre ser negro, embora negue a idéia de um mundo negro, ou uma cultura negra específica, cujo cotidiano seja permeado de práticas e códigos específicos.

A fala de outro entrevistado é perpassado pela incerteza, pela procura de elementos constitutivos da identidade negra. Parece-nos que ele está dialogando com um interlocutor anônimo, nitidamente influenciado por um discurso que ressalta a tradição, as raízes culturais e os padrões estéticos como elementos formadores da identidade negra:

"(...) eu acho que não adianta a gente querer buscar raízes o tempo inteiro e querer que essas raízes continuem na atualidade... O que é que adianta você manter uma identidade, se você através dessa identidade não consegue galgar um melhor nível social e econômico? Para mim não vale nada. Manter a identidade será que é andar com o cabelo rasta e sujo, porque eu conheço negros

que fazem isso... Eu insisto na parte da identidade, eu acho que a identidade não está em cima de um padrão estético, cabelo enrolado, barba por fazer, sandálias de couro.. eu acho que a identidade vem em cima de um conhecimento, em cima de um estudo, para que você saiba de onde você veio e para onde você quer ir, tá certo? O padrão de usar perfume e creme é de onde? Será que o negro não pode andar perfumado, será que o negro não pode passar creme, porque vai ferir a identidade dele, porque lá na África não existia isso,...será que a identidade se constrói em cima disso?" Raimundo, 37 anos, engenheiro

Para os entrevistados, rejeitar estereótipos e padrões comportamentais caracterizados como "típicos de negros" tem sido a regra; contudo, isso não significa que eles não procurem conhecer e afirmar sua condição étnico-racial, atribuindo um valor positivo à cultura negra, orgulhando-se de sua cor ou raça.

CAPÍTULO SETE - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, percorremos caminhos diversos, marcados pela incerteza, insegurança e principalmente, pela curiosidade de quem começa a carreira acadêmica, passando a conhecer os sabores e dissabores que este exercício nos reserva. Se chegar ao final da dissertação é uma grande vitória, tecer os comentários finais não é tarefa das mais fáceis.

O trabalho originou-se de uma indagação básica: a necessidade de rever os conceitos analíticos sobre a ascensão social dos negros. Partimos da hipótese inicial de que a maior popularização e até a comercialização de símbolos da denominada cultura afro-brasileira, além do surgimento de uma nova identidade negra, estavam atingindo os negros de classe média, criando condições para uma valorização étnico-racial.

Para avaliar a nossa hipótese, dividimos o texto em quatro partes e começamos por trabalhar o objeto numa perspectiva comparativa com outros grupos em ascensão, e não com os negros que ocupam os lugares inferiores na estratificação social. A partir das pesquisas realizadas com as camadas médias e da teoria sobre mobilidade social identificamos dois importantes aspectos no processo ascensional: a mudança do grupo de referência ao longo do processo de ascensão e a multiplicidade de referências com que a identidade social é construída.

Além disso, a teoria sobre mobilidade social aponta para as mudanças de comportamento e valores dos indivíduos que ascendem, não sendo uma característica específica dos negros.

No segundo capítulo, fizemos uma abordagem comparativa com alguns minorias étnicas, tais como armênios e sírios-libaneses, e identificamos que o projeto de ascensão

destas minorias fora facilitado pela ação coletiva, pautada, principalmente, na identidade étnica associada ao exercício de atividades específicas no mercado de trabalho, além da exploração da mão de obra familiar e do empréstimo informal. Observamos que algumas características demarcam a fronteira entre as estratégias de ascensão dos grupos de imigrantes e dos negros durante o projeto de ascensão. Constatamos também que a população negra brasileira não tem recorrido às tradicionais formas de solidariedade étnica, ao contrário, a ascensão social dos negros tem sido orientada pelo uso de estratégias individuais e pela assimilação dos valores sociais vigentes.

O casamento inter-étnico tem sido apontado como uma estratégia de mobilidade social para os negros, ou como um fenômeno do embranquecimento. Em nossa pesquisa, os casamentos inter-raciais só ocorreram após a ascensão econômica dos indivíduos, o que nos leva, ao menos provisoriamente, a título de hipótese, sugerir que o casamento é a consequência e não uma estratégia de ascensão. Para os imigrantes, ao contrário, o casamento inter-étnico surge menos como uma estratégia, e se constitui num empecilho para a reprodução das especificidades culturais do grupo.

Ainda no segundo capítulo, demonstramos as diferenças entre a ascensão dos negros brasileiros e norte-americanos. Os negros norte-americanos ascenderam inicialmente, infelizmente, a partir da segregação racial. Já os negros brasileiros, vivendo numa sociedade menos segregada, tiveram que concorrer desde cedo com os profissionais brancos e tendo contra si o racismo e a discriminação racial, o que os levou ao uso de estratégias de maior integração com a sociedade

Em seguida, trabalhamos a noção de projeto e socialização antecipatória para compreender a trajetória ascensional dos entrevistados, já que eles são oriundos de

famílias pobres. Enfatizamos a importância de entender a diversidade de ser negro e lançamos mão da noção de tipo ideal. Evidenciamos a dificuldade que os entrevistados têm em identificar-se com a classe média e argumentamos que o ingresso recente nesta classe social determina a representação de sua posição social ainda considerada instável. Além disso, não constatamos a existência de uma classe média negra, mas de indivíduos negros que ocupam as camadas médias na sociedade. Isso porque a existência de uma classe média negra pressupõe uma ênfase maior na similitude étnico-racial do grupo, num sentido de reconhecimento e de auto-imagem atribuídos pelos indivíduos que ocupam a mesma posição sócio-econômica.

Observamos que atualmente a mídia tem focado o potencial de consumo dos negros de classe média. Entretanto, é quando pretendem desfrutar da posição econômica, ou seja, é no exercício do potencial de consumidor que se manifestam o maior número de denúncias de racismo. Se o consumo, como sugere alguns autores, é uma forma de participar e de expressar a cidadania (ver Canclini, 1996), os negros de classe média parecem ainda não poder desfrutar plenamente do direito de cidadania.

Finalmente, abordamos os conceitos de negritude, identidade e embranquecimento, já que, como demonstramos, é absolutamente necessário problematizar a noção de embranquecimento e as conseqüências dela advindas. Ainda que seja um conceito recorrente nas análises sobre ascensão social, não temos atentado para a sua significação no contexto atual. As análises maniqueístas que permeavam as interpretações sobre a ascensão social do negro no Brasil não dão conta do modo através do qual os indivíduos interpretam suas próprias experiências de mobilidade, que não são apenas informadas pela cor ou pela classe.

Embora detenham suas próprias representações sobre o processo de embranquecimento, os entrevistados não interpretam suas experiências de vida lançando mão deste conceito. Nos seus discursos, o termo embranquecimento só é utilizado quando se trata de referir-se ao Outro, e nunca para falar de sua própria experiência. Portanto, é um conceito excludente.

Gostaríamos de observar que, assim como a noção de raça é construída historicamente, sendo o resultado da conjunção de forças políticas, econômicas e sociais operantes em determinadas sociedades (Marx, 1996), da mesma forma o embranquecimento não deve ser entendido como um dado imutável, mas sim como o resultado de uma interpretação histórica. Taylor (apud Marx, 1996: 10) observa que “a raça não é encontrada, mas feita. Assim, precisamos deixar de descrever a raça como ‘ferramenta de análise’, passando a considerá-la “com ‘objeto de análise’”. Do mesmo modo, o embranquecimento não deve ser considerado como uma ferramenta de análise, mas ele próprio um objeto da pesquisa.

O conceito de embranquecimento e o de identidade negra devem ser lidos como modos de interpretação opostos. O embranquecimento social significa entrar “no mundo dos brancos”, ou seja, os negros que ascendem, principalmente através da escolaridade, adotam e compartilham dos valores da sociedade dominante, identificados como pertencentes à “cultura branca”, como por exemplo, o gosto artístico e musical, o modo de se vestir e de se comportar. Estes indivíduos são identificados como negros de “alma branca”, ou “negros embranquecidos”, por não vivenciarem nas práticas quotidianas os aspectos da “cultura negra”.

Já a a identidade negra, identificada como um fenômeno coletivo, parece se revelar somente nas manifestações religiosas, artísticas e festivas associadas à cultura popular. Se a identidade negra só se manifesta desta forma, de fato, os negros que ascendem não “assumem a sua identidade negra”, dada a importância e a determinação da classe social a que eles pertencem. Contudo, se ampliarmos as noções de cultura e identidade negra, constatamos que é no processo ascensional que muitos dos entrevistados redescobrem e que tentam incorporar os símbolos da cultura negra.

Nesse sentido, o conceito de negritude, tal como definimos, mostrou-se operacional na medida em que encontramos nas falas dos entrevistados um orgulho da sua cor e de sua ascendência negra, ao contrário dos achados de outras pesquisas sobre os negros em ascensão social, o que demonstra que um orgulho étnico-racial não se choca com o projeto de ascensão.

Bibliografia

AGIER, Michel. "Etnopolítica: a dinâmica do espaço afro-baiano" In.: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n.22, 1992, pag. 99-115

_____. **Novos status e tantos novos negros: questão de identidade entre trabalhadores baianos.** Salvador, mimeo, 1992.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Thales de. **As Elites de Cor: um estudo sobre a ascensão social.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.

_____. **Cultura e situação racial no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Mestiçagem e status no Brasil.** V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Coimbra, 1964.

_____. **Democracia Racial.** Petrópolis: Vozes, 1975.

BACELAR, Jeferson. **Etnicidade: ser negro em Salvador.** Salvador: Ianamá Penba, 1989.

_____. **Galegos no paraíso racial.** Salvador: Ianamá, 1994.

BAIROS, Luisa. "Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980". In: Reis, João José (org.), **Escravidão e invenção da liberdade: estudo sobre o negro no Brasil** (org). São Paulo: Brasiliense, CNPq, 1988.

BARBOSA, Irene Maria F. **Socialização e relações raciais: um estudo de família negra em Campinas.** São Paulo: USP, FFLCH, 1983.

- BARCELOS, Daysi Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre.** Tese de Doutorado apresentada no Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1996
- BANTON, Michael. **A idéia de raça.** Lisboa: Edições 70, 1979.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.
- _____. **As Américas Negras.** São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974
- _____. *"Negritude et intégration nationale"* In: Afro-Ásia, n.12, Salvador, 1976, pag. 5-30
- _____ e FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- BERND, Zilá. **O que é negritude.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERQUÓ, Elza. **"Demografia da desigualdade"** In: Cadernos Cebrap, n.37, São Paulo, 1993.
- BONELLI, Maria da Glória. **A classe média do "milagre" à recessão.** São Paulo: Idesp, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **"Gosto de classe e estilo de vida"** In: Cohn, Gabriel (org.), **Grandes Cientistas Sociais.** São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.
- _____. *"Whats makes a social class? On the theoretical and practical existence of the groups."* Berkeley Journal of Sociology: Critical Review. California, v.32, 1987.

- BRITO, Reginalda P. R. L. **Problemas da ascensão social dos negros em Salvador.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1983.
- CASTRO, Nadya e BARRETO, Vanda Sá. **Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades raciais.** XVI Encontro da ANPOCS, mimeo, 1992.
- CAILLAUX, Elisa L. "Cor e mobilidade social no Brasil". In: *Estudos Afro- Asiáticos*, 26, Rio de Janeiro, 1994, pag 53-66
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade.** São Paulo: Brasiliense/ Edusp, 1989.
- COSTA, Haroldo. **Fala crioulo.** Rio de Janeiro: Record, 1982.
- DANTAS, Beatriz. **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DEGLER, Carl N. **Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e no EUA.** Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976
- DZIDZIENYO, Anani. "*An obsession with whiteness and blackness*" In: Summ, G. Harvey (Org.) **Brazilian mosaic: portraits of a diverse people and culture.** Delaware: S R Books, 1995
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difel, 1972.
- FERNANDES. Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Editora Ática , v. 2, 1978.

FIGUEIREDO, Angela. *Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro*. Monografia de graduação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FRAZIER, E. Franklin. *Black Bourgeoisie: The rise of a new middle class in the United States*. London: Collier Macmillan Publishers, 1975 (1962).

_____. *The negro family in the United States*. Chicago: University of Chicago Press, 1973

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classe das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRÜN, Roberto. *Negócios & Família: armênios em S. Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1992.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. "Operários e Mobilidade Social na Bahia: Análise de Uma Trajetória Profissional". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.22, 1993,

_____. "Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação 'publicizada'". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 31, Rio de Janeiro, 1997, pag. 51-78

_____, AGIER, Michel e CASTRO, Nadya Araujo. *Imagens e identidade do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995.

HARRIS, M. "Referential ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity" In: *African-American Anthropology*. Whitten, N. and Szwed, J. (eds), pag 76-88. New York: The Free Press.

_____. *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/ Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979

_____. "Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro" In: *Revista de Antropologia*, separata. São Paulo, n. 26, 1986.

HERSKOVITS, M. *The myth of the African past.* New York: Harper & Bros, 1941.

_____. "The negro family in Bahia: a problem in method." In: *American Sociological Review*, v.7.8, 1943, pag 394-404

LANDRY, Bart. *The New Black Middle Class.* Los Angeles: University of California Press, 1987.

MACHADO, Elielma Ayres. **Nadando contra a maré: um estudo das relações raciais em unidades domésticas no Complexo da Maré.** Dissertação de mestrado, mimeo, Universidade de Campinas, 1997.

MAGGIE, Yvonne. **Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar.** ABA, mimeo, 1990.

MARX, Anthony W. "A construção da raça e o Estado-Nação". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 29, 1996, pag 9-38.

MERTON, Robert King. **Sociologia: teoria e estrutura.** São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Ática, Série Princípios, 1988.

- NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais.** São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.
- PACHECO, Moema de Poli Teixeira. Família e identidade racial: os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda.** Dissertação de mestrado, mimeo, Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1986.
- PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1979
- PIERSON, Donald. Brancos e Pretos na Bahia.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971(1942)
- PINTO, Costa L. A. O Negro no Rio de Janeiro: Relações de raça numa sociedade em mudança.** São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1952.
- PEREIRA, Borges J.B. Cor, profissão e mobilidade.** São Paulo: Pioneira, 1967.
- PRANDI, Reginaldo. Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. "Mulheres negras: educação e mercado de trabalho".** In: *Análises & Dados*. Salvador, v.3, n. 4, 1994, pag 78-81
- RAMOS, Jair de Souza. "Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 20." In: (org.) Chor Maio, Marcos e Santos, Ricardo Ventura, *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.**
- RUFINO, Joel. "O negro como lugar" In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Guerreiro Ramos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.**

SANTANA, Ivo de e MAURÍCIO, Bárbara Dultra. **Trajetória do executivo negro em organizações bancárias.** Monografia apresentada à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, mimeo, Salvador, 1997.

SANSONE, Livio. "Pai Preto, Filho Negro: Cor e Diferença de Geração" In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, Rio de Janeiro, 1993, pag.73-98

_____. "O Local e o Global na Afro-Bahia Contemporânea". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, ano 10, 1995, pag.65-84

_____. "Não trabalho, consumo e identidade negra. Uma comparação entre o Rio e Salvador?". Rio de Janeiro, mimeo, 1997

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia.** Salvador: Sarahletras, 1995.

SEYFERTH, Giralda. "Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 26, 1994, pag.103-122.

_____. "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: (org.) Chor Maio, Marcos e Santos, Ricardo Ventura **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRUZZI, Oswaldo. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo.** São Paulo: Sumaré, série Imigração, 1991.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

VENTURINI, Gustavo e TORRE, Cleusa (orgs.). **Racismo Cordial**. São Paulo: Ática, 1996.

WEBER, Max. "A objetividade do conhecimento" In: Cohn, Gabriel (org.), **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, Ática, 1991.

WALDINGER, Roger, ALDRICH, Howard, Robin et al. ***Ethnic Entrepreneurs: immigrant business in industrial societies***. London: Sage, 1990.

WEST, Cornel. **Questão de Raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba. "Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas". In: Cardoso, Ruth (org.), **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pag. 107-120

Notas finais

- ¹ Esta frase é de Milton Santos, numa entrevista concedida ao Datafolha ("Racismo Cordial", 1996: 63).
- ² Hasenbalg 1983; Hasenbalg e Silva 1983, Bairros 1988; Barreto e Castro 1992; Castro e Guimarães 1993.
- ³ Agier, 1992; Sansone, 1993
- ⁴ Dantas 1988, Prandi, 1991, e Santos, 1995.
- ⁵ Existem pelo menos três referências ao termo: 1- o embranquecimento ou branqueamento é tido como uma proposta ideológica do Estado-Nação - sobre este tema ver Azevedo (1987), Seyferth (1994), (1996) e Ramos (1996); 2- o embranquecimento biológico, através da mestiçagem e 3- o embranquecimento social, relacionado a valores, atitudes e comportamentos. É principalmente em relação ao terceiro sentido que centraremos nossa atenção.
- ⁶ Pierson, 1971; Azevedo, 1955; e Fernandes, 1972
- ⁷ De acordo com os índices adotados pelo IBGE, a posição econômica intermediária percebe uma renda mensal entre 10 e 20 salários mínimos.
- ⁸ Na literatura brasileira, ser negro está associado tanto à condição subalterna na sociedade e no mercado de trabalho quanto à visibilidade em alguns espaços específicos, geralmente associados aos aspectos lúdico, artístico e religioso.
- ⁹ No estudo de mobilidade social, o status constitui um conceito-chave."(...) O status individual tende a basear-se bastante em critérios adquiridos, ou seja, em características que os indivíduos podem adquirir ao longo de sua carreira, como, por exemplo, educação, profissão, informações, etc. Nas sociedades mais estáticas e menos industrializadas o status individual tende a atrelar-se a critérios atribuídos como, por exemplo, a herança, cor, religião, filiação política, etc." (Pastore, 1979; 10).
- ¹⁰ Quando falamos de negro estamos nos referindo à soma de pretos e pardos; só utilizaremos outros termos quando a fala for do próprio entrevistado.
- ¹¹ É importante observar que esta pesquisa se diferencia de outras pesquisas sobre ascensão social (Bastide e Frazier, por exemplo) por privilegiar na amostragem os indivíduos de fenótipos negros mais evidentes, tais como a pele escura (preta) e fenótipos negros.
- ¹² O conceito sociológico de grupo de referência refere-se a um número de pessoas que interagem de acordo com padrões consagrados e "definem a si mesmas como 'membros', isto é, que elas têm expectativas padronizadas de formas de interação, que são moralmente obrigatória para eles e outros membros, mas não são sobre os indivíduos considerados 'de fora' do grupo" (Merton, 1970: 370).
- ¹³ Há nesta pesquisa uma similitude étnico-racial entre a pesquisadora e os entrevistados.
- ¹⁴ Estamos nos referindo à noção de socialização antecipatória proposta por Merton, 1970.
- ¹⁵ Os grupos de referência "(...) aparecem como sistema de referência usados em comum por uma proporção de indivíduos dentro de uma categoria social suficientemente grande para originar definições da situação característica daquela categoria" (Merton, 1970:323).
- ¹⁶ Conforme Grùn (1992), "no nicho de especialização étnica, a ligação entre família/firma é um conjunto de difícil separação. Os dois vetores condicionam-se mutuamente, sendo ambos alimentado pelo mesmo caldo cultural" (ib. 69).
- ¹⁷ Os trabalhos de Castro e Sá Barreto (1992) concluem que para ocuparem cargos melhores na hierarquia das empresas, os negros têm que possuir melhor nível educacional do que os brancos.

¹⁸ Jornal Folha de São Paulo, 13 de junho de 1997.

¹⁹ Estamos considerando como atividades características das classes altas e médias as seis profissões situadas no topo da hierarquia profissional da tabela de ocupações da PNAD. Contudo, excluímos a categoria cinco (não-manuais de rotina e funções de escritório), já que a maioria dos profissionais dessa área tem uma remuneração inferior a dos outros grupos considerados; por isso é que fizemos uma redução da tabela.

²⁰ Nossa tradução

²¹ Ver também Azevedo, 1955.

²² É importante observar que a maioria dos denominados negócios negros consistia em lojas de produto de beleza, barbearias, locais de limpeza e consertos de sapatos.

²³ Nossa tradução

²⁴ Nossa tradução

²⁵ Os informantes têm um número de filhos bem inferior a seus pais e ao contrário da maioria deles, que frequentou a escola pública, todos estes filhos frequentam escolas particulares.

²⁶ Quase todos os trabalhos sobre família negra referem-se ao contexto social norte-americano.

²⁷ Além disso, alguns dos entrevistados, notadamente aqueles que atribuem grande importância à cor ou à raça, ressaltam a importância de familiares que contribuíram para o fortalecimento de sua "consciência negra". Assim, o discurso em torno de suas trajetórias é marcada pelo resgate de um passado cultural negro.

²⁸ Esses dados são corroborados pela pesquisa da Datafolha ("Racismo Cordial", 1996) e pela recente publicação de Guimarães, 1997. O primeiro trabalho destaca que são as pessoas de nível escolar mais alto que mais identificam o racismo na sociedade brasileira; o segundo analisa os casos de denúncia de racismo através dos jornais das principais capitais do país. O autor conclui que a discriminação racial "ou pelo menos sua publicização é maior nas regiões onde a renda é maior e menor o analfabetismo, tais como as regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba e Brasília" (Guimarães, 1997: 51). Na análise sobre as denúncias, o autor constata que a maioria delas refere-se a direitos dos negros como consumidor em bancos, lojas, clubes, bares, mercados e hotéis, somando um total de 39,8% do total dos casos, contra a 16,4% de direitos de trabalho.

²⁹ Alguns trabalhos demonstram que as mulheres negras têm maior dificuldade em encontrar parceiros do que as mulheres brancas (ver Berquó 1993). Infelizmente não aprofundaremos esse ponto em nosso trabalho.

³⁰ É importante observar que Carmem é viúva e o seu marido era negro.

³¹ É importante observar que a pesquisa foi realizada com indivíduos negros com o terceiro grau completo, o que pode diferenciá-los bastante dos denominados "novos ricos".

³² Os estilos de música mais recentes são menos escutados pelos entrevistados mais velhos.

³³ Vale ressaltar que a escolha dos entrevistados foi aleatória, obedecendo apenas aos critérios de cor e renda definidos anteriormente. Entretanto, não objetivávamos desenvolver o trabalho de pesquisas com funcionários públicos e sim com negros de profissões liberais, já que o setor público tem sido tradicionalmente descrito como um dos canais de ascensão para os negros.